

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**GLEYCE HELLEN RIBEIRO MAIA**

**REPRESENTAÇÕES DA RAINHA VIRGEM NA INGLATERRA ELISABETANA:**  
**RELIGIÃO, PODER E SOBERANIA**

**GOIÂNIA**  
**2025**

GLEYCE HELLEN RIBEIRO MAIA

**REPRESENTAÇÕES DA RAINHA VIRGEM NA INGLATERRA ELISABETANA:  
RELIGIÃO, PODER E SOBERANIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado à Coordenação de Pesquisa do curso de Licenciatura em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção grau de Licenciatura em História, sob a orientação da Profa. Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento.

GOIÂNIA

2025

**ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA**

Aos 11 dias do mês de dezembro de 2025, entre as 17h30 e as 18h45, na sala 406 da Escola de Formação de Professores e Humanidades, ocorreu a solenidade de defesa do Trabalho Monográfico:

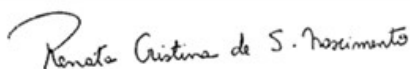
**“REPRESENTAÇÕES DA RAINHA VIRGEM NA INGLATERRA  
ELISABETANA: RELIGIÃO, PODER E SOBERANIA”**

Apresentado por **Gleyce Hellen Ribeiro Maia**, discente do Curso de Licenciatura em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Compuseram a Banca Avaliadora a **Profa. Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento** e a **Profa. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto**, sob a presidência da primeira,

Após quinze minutos conferidos à apresentação do Trabalho Monográfico, a Banca Avaliadora expôs suas considerações sobre os resultados do Trabalho de Conclusão de Curso, conferindo ao discente a oportunidade de responder aos questionamentos. A seguir, a Banca Avaliadora passou a julgamento em sessão secreta.

Após o julgamento pela Banca Avaliadora, considerando que a discente **Gleyce Hellen Ribeiro Maia** apresentou o trabalho monográfico e respondeu **satisfatoriamente** aos questionamentos apontados pela Banca Avaliadora, foi considerada **APROVADA**, obtendo o Conceito A.

Goiânia, 11 de dezembro de 2025.



---

**Profa. Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento**  
Presidente/Orientador



---

**Profa. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto**  
Membro Avaliador

*Dedico esse trabalho à minha mãe, Maria das Graças Maia de Lima.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço profundamente a Deus, minha fonte de força e graça. Sem a ajuda dEle eu não teria conseguido passar pelos obstáculos que surgiram ao longo da minha trajetória acadêmica. A Ele dedico todo o meu esforço e dedicação empregados nesse trabalho.

À todos que contribuíram para fazer com que esse meu sonho se tornasse possível expresso a minha gratidão.

Meus pais, Graça e Luciano, que me acolheram como filha aos 2 anos de idade quando me vi sozinha. Por sempre me incentivarem a estudar, a ser gentil com todos e a seguir meus passos com sabedoria, à vocês minha eterna gratidão por cada conquista alcançada.

À minha irmã Ana Letícia, pela paciência ao me ouvir falar mais de um milhão de vezes sobre a Rainha Elizabeth I.

Ao Otniel, por sua valiosa amizade, paciência, afeto e toda assistência dada nessa etapa tornando-a mais tranquila para mim.

À professora Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento, que acompanhou os meus primeiros passos acadêmicos e acreditou na minha capacidade de pesquisa, suas observações foram enriquecedoras.

Expresso também minha gratidão ao Professor Dr. Hugo Rincon e a Coordenação do Curso de História, por sempre me ajudar com todas as dúvidas. À Coordenação do PIBID juntamente com a Capes, por terem sido de fundamental importância para me manter no curso com a bolsa social.

*Sei que tenho o frágil e fraco corpo de uma mulher, mas eu tenho o coração e estômago de um Rei. Menosprezo Parma, Espanha ou qualquer Príncipe da Europa, que ouse invadir as fronteiras de meu reino. Se isto ocorrer, antes que qualquer desonra recaia sobre o reino por minha culpa, eu mesma empunharei as armas, eu mesma serei seu general e seu juiz.*

Rainha Elizabeth I, 09 de agosto de 1588

## RESUMO

Conhecida como *The Virgin Queen* (A Rainha Virgem) por nunca ter se casado, Elizabeth I, foi uma das figuras mais importantes para a história da monarquia Tudor. Filha de Henrique VIII, fundador da igreja anglicana, Elizabeth reinou de 1558 a 1603. Sua ascensão e governança ocorreram em meio a um contexto de disputas políticas e religiosas em toda a Europa. Em meio aos conflitos, o reinado de Elizabeth exigiu a construção do fenômeno conhecido como o “Culto à Rainha Virgem”. Nesse cenário, retratos, imagens, obras e poemas foram surgindo como forma de devoção à monarca. A partir dessa perspectiva, pretende-se analisar a idealização da virgindade da Rainha Elizabeth I discutindo a imagem e a simbologia da soberana como símbolo de legitimação para a Coroa Britânica no século XVI.

**Palavras-chaves:** Elizabeth I; Inglaterra; Século XVI; Representações simbólicas.

## **ABSTRACT**

Known as The Virgin Queen for never having married, Elizabeth I was one of the most significant figures in the history of the Tudor monarchy. The daughter of Henry VIII, founder of the Anglican Church, Elizabeth reigned from 1558 to 1603. Her rise to power and governance took place amid a context of political and religious disputes throughout Europe. In the midst of these conflicts, Elizabeth's reign required the construction of the phenomenon known as the "Cult of the Queen." Within this scenario, portraits, images, literary works, and poems emerged as expressions of devotion to the sovereign. From this perspective, this study aims to analyze the idealization of Queen Elizabeth I's virginity, discussing her image and symbolism as instruments of legitimation for the British Crown in the sixteenth century.

**Keywords:** Elizabeth I; England; Sixteenth Century; Symbolic Representations.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                 |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                         | <b>9</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1: ANGLICANISMO NO SÉC. XVI: A RELIGIÃO E O ESTADO SOB<br/>DOMÍNIO DA MONARQUIA BRITÂNICA .....</b> | <b>13</b> |
| 1.1 Elizabeth I: Reinado e Biografia .....                                                                      | 20        |
| 1.2 Elizabeth I na política: Relações diplomáticas e alianças políticas .....                                   | 26        |
| <b>CAPÍTULO 2: FONTES E REPRESENTAÇÕES .....</b>                                                                | <b>35</b> |
| 2.1 Obras e Retratos .....                                                                                      | 36        |
| 2.2 Literatura: <i>The Monument of matrons</i> (1582) de Thomas Bentley .....                                   | 50        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                               | <b>58</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                        | <b>59</b> |

## INTRODUÇÃO

Quando nos referimos ao poder normalmente pensamos em diferentes formas de domínio, ação, e influência de alguém ou algo sob indivíduos ou grupos em ambientes públicos ou privados. No campo político, o poder se apresenta como principal elemento que envolve-se em todas as noções de Ciência Política. (SOUZA, 1969, p.1). No início da Europa Moderna, a monarquia absolutista exercia o seu poder centralizado sob a fundamentação do Direito Divino, reforçando que seu poder era concedido por Deus. Para exercer parte desse poder, os monarcas recorriam às representações simbólicas para moldar a sua imagem pública. Burke (1994) trabalha esses elementos simbólicos associados ao poder político em *A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luis XIV*. O autor afirma que os monarcas foram os inventores do “marketing político”. No centro de sua análise está a noção de estratégia, na qual a propaganda surge como meio de assegurar a submissão ou o assentimento a um poder. (p. 2).

Ao aplicar essa discussão na análise sobre a Inglaterra do século XVI nos deparamos com a figura emblemática da Rainha Elizabeth I, que de todos os monarcas da dinastia Tudor, foi a mais hábil em moldar sua imagem pública. A historiografia nos apresenta Elizabeth como uma mulher carismática, segura de suas decisões e firme em suas ações, porém, parte dessa característica ocorreu sob a propaganda do Culto à Rainha, que configurou a soberana como um ícone. A era elisabetana foi caracterizada por uma vida cultural vibrante, a rainha amava as artes em todas as suas formas e inspirou uma série de poetas e dramaturgos, muitos dos quais se apresentaram para ela na corte, entre eles, destacou-se o conhecido, William Shakespeare (1564-1616).

Elizabeth ficou conhecida pela alcunha de “Rainha Virgem”, pois nunca se casou. Tal característica serviu-lhe como uma fonte de propaganda e simbolismo. Ao adotar o discurso de que não se casaria com nenhum homem pois já estava comprometida com o reino da Inglaterra, a representação de si mesma como “rainha virgem / mãe da Inglaterra” esteve presente nas mais diversas obras de arte, poemas, e até em seus discursos, conforme a monarca diz em um de seus discursos ao parlamento: “*Embora após a minha morte vocês possam ter muitas madrastas, jamais terão outra mãe, então pretendo ser para todos vocês.*”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> No original: “*though after my death yow may have many stepdames, yet shall yow never have any a more mother, then I meane to be unto you all*” THE NATIONAL ARCHIVES (UK). **Answer of the Queen to her Council**, 28 de Janeiro de 1563.

Antes de Elizabeth, Lady Jane Grey (1537-1553) reinou a Inglaterra por exatos nove dias no ano de 1553, no entanto, o império britânico contemplou a católica Maria I, a Sangüinária (1516-1558) como a primeira rainha reinante oficial da Inglaterra após executar Lady Jane. As perseguições de Maria aos protestantes, resultou em uma considerável impopularidade entre os Ingleses protestantes. Dentre as primeiras Rainhas Inglesas citadas, Elizabeth se destaca, pois, conforme observa, Perry Anderson (2004), foi somente com Elizabeth I que o prestígio da Inglaterra se consolidou, inaugurando sob sua regência, *A Era de Ouro* da Inglaterra. Sua ascensão ao trono Inglês ocorreu sob um contexto complexo de profundas transformações no âmbito político, social e religioso da Europa moderna. Acontecimentos como, a Reforma Protestante iniciada por Lutero, a exploração do novo mundo, as grandes navegações, os conflitos bélicos e o Renascimento cultural, marcaram o seu reinado. Parte desse prestígio se desenvolveu pelas riquezas adquiridas de incursões marítimas e das expedições ao novo mundo, entretanto, a propaganda elisabetana e o florescimento cultural ocuparam um papel importante nesse processo de desenvolvimento do *status quo* do império britânico no período quinhentista.

Sob esse horizonte, esse trabalho busca concentrar a sua principal preocupação em cima das representações simbólicas com foco na discussão e análise do desenvolvimento do “Culto à Rainha Virgem”, buscando compreender como ele surgiu e principalmente de que forma se apresenta a idealização da virgindade e da construção do perfil de santidade em torno da imagem pública de Elizabeth I. Ao observar sob a perspectiva da “longa idade média” defendida por Le Goff, compreende-se que o início da Idade Moderna não marca uma ruptura com a religião, mas uma continuidade. “Para Le Goff, o Renascimento “só fez prolongar a Idade Média” (p. 125) e teve seu fim apenas com as revoluções Industrial e Francesa no século XVIII”<sup>2</sup>. Nesse sentido, entende-se que as práticas religiosas, símbolos e representações mantiveram-se essenciais na iconografia elisabetana, mesmo dentro do período moderno. Assim, a presente pesquisa dedica-se em explorar as narrativas religiosas na Inglaterra que no momento protagonizavam um conflito entre católicos e protestantes. Para isso, são levantadas questões orientadoras a serem desenvolvidas ao longo da escrita de cada capítulo: De que modo a religião interagia entre o contexto político e social? E em que medida os símbolos religiosos associados à iconografia da Rainha Virgem foram fruto de uma construção espontânea?

---

<sup>2</sup> Le Goff, 2015. *apud*. Sampaio, 2019.

Para isso, foi feita a leitura e análise de alguns dos discursos da soberana como fontes complementares extraído da obra *“Elizabeth I: Collected Works”* (2000), bem como a leitura e discussão de bibliografias. Os principais autores adotados como referencial teórico para embasar a pesquisa foram, Roger Chartier (1990), Paul Kennedy (1991), Peter Burke (1994), Duby (1994), Michelle Perrot (1994), e Susan Doran (2003). Tais historiadores contribuíram significativamente para a construção da pesquisa, de modo que, facilitaram a compreensão de diversos aspectos que permeiam a questão do poder, da soberania, da imagem política e religiosa de Elizabeth I.

O trabalho foi dividido em dois capítulos; o primeiro capítulo abordará a ruptura da Inglaterra com Roma, levando a criação do anglicanismo. Nessa contextualização é abordado brevemente a biografia de Henrique VIII, e todo contexto político-religioso que permeava a monarquia inglesa sob a dinastia dos Tudors. Logo após, nos tópicos 1.1 e 1.2 é introduzida a biografia e o reinado da Rainha Elizabeth I, analisando suas estratégias políticas e diplomáticas no cenário europeu internacional, além disso. Ao compreender o cenário político que a Inglaterra estava inserida, é possível entender as razões por trás da construção da propaganda elisabetana.

No segundo capítulo, busco aprofundar na imagem simbólica de Elizabeth I enquanto Rainha Virgem, buscando compreender o processo de construção da sua imagem e a idealização em torno de sua virgindade, compreendendo de que forma a suposta imagem celibatária serviu como instrumento de poder político. Nesse capítulo concentro-me em autores como Susan Doran (2013), uma importante historiadora britânica que faz estudos sobre a imagem de Elizabeth I. Ao trazer uma perspectiva mais realista e menos idealizada do culto a Rainha Elizabeth I, foi possível obter importantes avanços na pesquisa. As obras *História da vida privada: da renascença ao século das Luzes* (2009), de Roger Chartier, e *História das Mulheres: do Renascimento à Idade Moderna* (1994), de George Duby e Michelle Perrot, forneceram importantes contribuições para examinar os aspectos culturais e sociais das mulheres na renascença, período em que se concentra a regência de Elizabeth. Além disso, também é analisado algumas fontes iconográficas – retratos, imagens e obras de arte – de Elizabeth, dentre elas a obra *“The Monument of Matrons (1582)”* do autor contemporâneo a Rainha, Thomas Bentley, se destaca pois é uma importante fonte literária no contexto do Culto a Rainha Virgem. Manifestando uma perspectiva protestante, a obra se destaca pois apresenta uma função simbólica e teológica apresentando Elizabeth como a

“Noiva de Cristo”, reforçando a idealização de pureza e santidade sacrificial que permeou as suas representações.

As análises da iconografia elisabetana apoiaram-se na metodologia interdisciplinar utilizada por Peter Burke em *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV(1994)*, que ao dialogar com múltiplas fontes culturais e artísticas busca compreender a dimensão simbólica da política absolutista, destacando o papel da linguagem e das imagens na fabricação do poder real. Essa visão serviu como base teórica para a elaboração da busca pelas questões orientadoras deste trabalho.

## **CAPÍTULO 1: ANGLICANISMO NO SÉC. XVI: A RELIGIÃO E O ESTADO SOB DOMÍNIO DA MONARQUIA BRITÂNICA**

Discutindo o contexto anterior a criação do Anglicanismo no século XVI, Godoy (2022, p.5) aponta que:

Sempre houve uma tensão em relação à Igreja na Inglaterra e o Bispo de Roma no decorrer dos séculos da cristandade. Essa tensão repousava sobre a questão da autoridade. Os monarcas ingleses e o alto clero na Inglaterra sempre contestaram a interferência do Papa nas questões internas.

Para compreender as raízes dessa disputa, Godoy (2022, p. 3) retoma aos primeiros momentos da cristianização nas Ilhas Britânicas, em que ainda na antiguidade ao derrotar populações locais entre elas os celtas, a região das Ilhas Britânicas foi ocupação romana por cerca de 350 anos. Apesar do domínio do Império Romano naquela região muitos vestígios da cultura celta permaneceram em monumentos civis e militares tais como fortalezas, muralhas, edifícios e estradas longas e retas para fácil movimentação interna. Mesmo com o avanço do Cristianismo, no início do século V as Ilhas Britânicas sofreram uma série de invasões feitas pelos povos anglos, saxões, jutos, pictos, especialmente nas regiões sul da Inglaterra. Esse fato fez com que os habitantes daquela região fugissem para as terras altas de Gales, Escócia e Cornualha. Sob esse contexto, o cristianismo foi ficando cada vez mais enfraquecido naquela região. É nesse momento que o Papa Gregório I, conhecido também por ‘Gregório, O Grande’, assume o pontificado em 590 e envia um monge beneditino, Agostinho, e outros quarenta monges para a missão de recristianizar o sul da Inglaterra no ano de 597.

De acordo com Hume (apud, GODOY, 2022, p. 4) ao chegarem em Kent, região sul da Inglaterra, eles conseguem converter o Rei Ethelberto (560 - 616) à fé cristã, fazendo com que toda sua corte abraçasse a religião do rei. No Natal de 597, mais de dez mil pessoas já haviam se batizado, desse modo, o monge beneditino foi nomeado arcebispo da Cantuária e a região foi cada vez mais se consolidando no cristianismo. Com o tempo, a igreja cresceu tanto no sul (devido às missões de Agostinho) como no norte (devido aos missionários celtas da Irlanda e da Escócia). Isto levou a conflitos entre as tradições cristã romana e celta, que diferiam em aspectos como liturgia, cerimônia e calendário. Com o advento dessas discordâncias em 664, o Rei Oswy da Nortúmbria, convoca o Sínodo de Whitby para resolver estas diferenças, governando a favor da tradição romana e alinhando a Igreja da Inglaterra com os papas e práticas da Igreja Romana. No entanto, a unificação das práticas religiosas não entrou plenamente em vigor até cerca de 1000 DC. Embora a Igreja Romana tenha

estabelecido as suas próprias tradições na Inglaterra, muitos costumes celtas ainda foram mantidos, especialmente nas áreas rurais. Esta imposição romana trouxe progressos na organização da igreja, mas também resultou na perda de algumas ricas tradições locais.

Godoy (2022) argumenta que “O etnocentrismo da poderosa Roma não permitiria que nem política nem religiosamente, uma longínqua colônia pudesse ter sua autonomia” (p. 5) nesse sentido, John Baycroft (2006) afirma que:

As origens do Cristianismo na Grã-Bretanha são tríplices. O Cristianismo foi estabelecido lá, mas tinha pouca influência no período romano. Os costumes celtas cederam à dominante forma romana e latina do Cristianismo ocidental. Enquanto o Cristianismo britânico permaneceu como parte da Igreja no Ocidente, uma expressão bem diferente de Cristianismo estava se realizando no Oriente. (p. 53)

A contestação dos monarcas ingleses frente à jurisdição papal ou dos súditos frente as medidas autoritárias não ocorreu somente sob a liderança da Dinastia Tudor, antes mesmo, com as tensões celtas e romanas, após isso com a monarquia de Guilherme I, o conquistador, e suas imposições que os eclesiásticos chamavam de tirania e posteriormente em 1215 com os barões ingleses demonstrando seu descontentamento com o Rei João I, conhecido por ‘João sem-terra’ com seus impostos abusivos impondo assim a Magna Carta ao rei limitando através de leis o seu autoritarismo e propondo uma Inglaterra mais livre. Outra figura de destaque foi John Wycliffe (1328 - 1384) e suas pregações que abriram o caminho sendo um precursor para a Reforma Protestante que surgiria no século XVI.

Como podemos observar através dessa breve contextualização, a relação entre a monarquia inglesa e o papado sempre foi complexa e repleta de instrumentos políticos, seja através de leis como a Carta Magna, ou através de impostos. Tendo em vista esses aspectos em relação ao processo de “recristianização” da Inglaterra e dos eventos ocorridos após isso que antecederam a Reforma Anglicana iniciada por Henrique VIII, é notável que as tensões entre os monarcas ingleses e o papado acerca da sua autoridade existia desde o início dos tempos medievais. Assim, a criação da Igreja anglicana em 1534 separando a Inglaterra dos interesses religiosos e políticos de Roma não foi uma novidade.

O início do século XVI foi marcado pelo surgimento da Reforma Protestante, cujas ideias luteranas passaram a circular amplamente pelos reinos europeus. A Igreja Católica passava por uma crise que foi desencadeada por movimentos anteriores a Reforma como a urbanização na Inglaterra, as revoltas camponesas e o desenvolvimento comercial, assim foi gerando cada vez mais novas demandas sociais e religiosas para serem atendidas. Além disso, questionamentos em relação às práticas da Igreja Católica, entre as críticas dos reformadores a

venda de indulgências foi um ponto amplamente contestado, evidenciando a dificuldade do clero em manter sua autoridade. O primeiro e mais conhecido movimento reformador foi liderado pelo monge agostiniano Martinho Lutero, que, por meio de suas 95 teses, deu início à Reforma Luterana na Europa. Além desse movimento, outras correntes surgiram como em Genebra, com os calvinistas; em Zurique, com os anabatistas; e na própria Igreja Católica, no contexto da Contra reforma que buscou conter o avanço protestante e reafirmar seus dogmas através do Concílio de Trento, convocado pelo Papa Paulo III.

Sob esse contexto, a Grã-Bretanha estava dividida em dois reinos “o da Inglaterra, sob o regime dos Tudor, e a Escócia, cujos soberanos pertenciam à dinastia dos Stuart” (Gonzalez, 1995, p. 121). Com as relações tensas entre os dois reinos, a Reforma Protestante seguiu um caminho diferente em cada um. Na Inglaterra, a figura do Rei Henrique VIII (1491-1547) se destacou não apenas pelos seus seis casamentos, mas também pelo rompimento com a Igreja Católica.

O Rei Henrique VIII, impulsionado pelo desejo não apenas de anular seu casamento com Catarina de Aragão (1485-1536), mas principalmente pela ambição de consolidar seu poder monárquico pede uma autorização ao Papa para se divorciar da sua primeira esposa, “enviando uma carta, foi ao Papa, sugerindo que a falta de um herdeiro masculino seria uma punição divina pelo casamento de Henrique com a esposa de seu falecido irmão, o que teria o apoio do Velho Testamento” (Cartwright, 2020. p.2), porém, não consegue em razão das alianças políticas que a Igreja Católica possuía com a Espanha. Um dos principais motivos pelo qual o Papa Clemente VII não permitiu o divórcio “era que Catarina era tia de Carlos V, que, na época, tinha o papa praticamente em seu poder. Clemente VII não podia declarar nulo o matrimônio de Henrique com Catarina sem irar o poderoso Carlos V.” (Gonzalez, 1995, p.124). Carlos V (1500 - 1558), foi Sacro Imperador Romano por parte do seu pai Habsburgo, Felipe I de Castela (1478 -1506), e Rei da Espanha por herança da sua mãe Joana I de Castela (1479 - 1555) sendo considerado o homem mais poderoso do século XVI. Nesse sentido, a igreja possuía relações políticas com a Espanha, e concordando com o divórcio de Henrique e Catarina de Aragão, ela colocava em risco essas relações.

A discordância de Henrique VIII e Clemente VII levou Henrique a ser excomungado da Igreja Romana por Clemente. Para Torrance Kirby “A excomunhão de Henrique pode ser vista como um exemplo arquetípico da dissolução do senso medieval recebido do cosmos como uma ordem coerente, unificada e contínua de reinos e poderes espirituais/eternos e externos/temporais.” (2017, p.57). Por meio desse ato sacramental as duas figuras - política e

eclesiástica -dão início a uma nova fase da igreja na Inglaterra, a reforma inglesa iniciada pelo Rei Henrique VIII, torna a igreja assim autocéfala, isto é, que não depende mais de outro chefe, apenas de si, autônoma com o rei representando o papel que outrora, era do Papa.

Em 3 de novembro de 1534, com a promulgação do Ato de Supremacia, ocorreu o rompimento formal das relações da Inglaterra com Roma, onde a Inglaterra não reconhecia mais o Papa como chefe da igreja, assim, o parlamento inglês aprovou a lei que estabeleceu o Rei da Inglaterra como o chefe substituindo a figura eclesiástica. Assim, Henrique VIII, foi declarado o chefe supremo da igreja, substituindo a autoridade papal e centralizando cada vez mais o poder em suas mãos. Apesar do rompimento entre a Igreja da Inglaterra e a Igreja Católica provocado por Henrique VIII, a legislação henriquina marca apenas o início legal e constitucional da Reforma na Inglaterra (Kirby, 2017, p.56), mas a Reforma só vai adquirir mudanças significativas de fato sobre a reafirmação do Ato de Supremacia promovido por Eduardo VI (1537-1553) e Elizabeth I (1533-1603).

Cartwright (2020) destaca que inicialmente o Rei não estava interessado em reformar a Igreja, mas apenas em controlá-la. Ele permaneceu comprometido com práticas católicas tradicionais, como a missa, confissão e o celibato clerical (p.3). No entanto, embora o monarca não fosse um defensor do protestantismo nem mesmo adepto a tal, as mudanças religiosas decorrentes da criação do Ato de Supremacia deram ao Rei a autonomia provincial, procurando criar alianças que fortalecessem a relação da nobreza com a burguesia que estava cada vez mais fortalecida pelo crescimento econômico do comércio urbano além disso, a Inglaterra buscou negociar alianças políticas com outras potências europeias protestantes a fim de se posicionar em um cenário mais vantajoso.

O rompimento foi impulsionado por fatores políticos e econômicos. Após o cisma, uma das principais mudanças ocorridas foi a dissolução dos monastérios em 1539 o parlamento, sob a supervisão do Thomas Cromwell (1485-1540). As riquezas que existiam ali foram confiscadas pela coroa quando “Henrique enriqueceu os cofres estatais com a impressionante soma de 1,3 milhão de libras (mais de 500 milhões em valores atuais), como resultado da dissolução” (Cartwright, 2020. p.4). Essa medida fortaleceu o poder real e diminuiu a influência da Igreja Católica aumentando cada vez mais a dominação e o controle da Coroa Inglesa sob a Inglaterra.

David Hume (1711-1776) destaca a importância do poder econômico para a Coroa Inglesa em sua análise sobre a monarquia absoluta da Inglaterra. Ele afirma que a propriedade possui grande influência sobre o poder (2003, p.36), nesse sentido, a concentração de

propriedade nas mãos de poucos tende a favorecer a monarquia absolutista gerando uma dependência maior dos súditos do que se no lugar dessa concentração existisse uma repartição equitativa e justa. Ou seja, a grande concentração de riquezas da Coroa inglesa ao confiscar essa grande quantidade de bens retirados dos monastérios naturalmente aumenta a sua influência e poder e para Henrique VIII, isso era uma vantagem poderosa frente as outras potências católicas. O monarca também enfrentou dificuldades com a sua linhagem pela falta de um herdeiro homem. Após a anulação do seu casamento com Catarina de Aragão - união da qual nasceu Maria Tudor - logo casa-se com Ana Bolena (1536), e dessa união nasce Elizabeth Tudor em 7 de setembro de 1533. Posteriormente, Ana Bolena foi acusada de adultério, e o Rei casa-se com Jane Seymour (1537) com quem tem o seu primeiro e único herdeiro masculino, Eduardo VI. Após a morte de Jane Seymour, o monarca casa-se com Ana de Cleves (1515-1557) e tenta inutilmente formar uma aliança com a Alemanha protestante. Não conseguindo ele se divorciar mais uma vez e se casa com Catarina de Howard (1524-1542) que é acusada de adultério e é condenada assim como Ana Bolena. Por fim, sua última esposa foi Catarina Parr (1512-1548), que se tornou viúva pela morte do Rei em 1547.

As principais mudanças na igreja durante o reinado de Henrique VIII foram a autonomia da Igreja Anglicana e a disseminação da bíblia. Thomas Cranmer, Arcebispo de Canterbury, e um dos principais líderes da reforma inglesa, teve um papel de destaque nessa remodelação em que “por mandado real uma grande Bíblia foi colocada em cada igreja, onde todos pudessem lê-la. Esta foi uma arma poderosa nas mãos dos propagandistas da reforma” (Gonzalez, 1994, p.128).

Uma das características da Igreja Inglesa era a sua autonomia provincial, no sentido de ser autônoma e independente com a sua organização administrativa em relação a autoridade papal. A Igreja possuía agora a sua própria estrutura governamental eclesiástica e essa autonomia foi importante para estabelecer como característica da sua identidade própria, longe da hierarquia papal e caminhando junto com o domínio político da Coroa Inglesa e a dinastia Tudor.

Apesar dessa característica marcante, Kirby (2017) afirma que a tal autonomia não foi exclusividade dos anglicanos, mas era uma característica compartilhada por outras igrejas protestantes:

No final do século XVI, todo o significado hermenêutico, eclesiológico e sacramental dessa recém-descoberta independência política da Igreja Inglesa, seria elaborado teologicamente por Thomas Cranmer, Martin Bucer, Peter Martyr Vermigli, John Jewel, John Whitgift e Richard Hooker. Assim, a Reforma Inglesa define o "segundo" significado principal de "Anglicana ecclesia", o sentido da Igreja nacional como uma província autônoma e autocéfala da Igreja Ocidental. Ao mesmo

tempo, essa eclesiologia de autonomia nacional era compartilhada pelas outras Igrejas Protestantes do norte da Europa - pelos luteranos em vários principados do Império e na Dinamarca, e pelos calvinistas em Genebra, Heidelberg e nos Países Baixos - e não era considerada, de forma exclusiva, uma característica peculiar da Igreja Inglesa (2017, p.57)

É evidente que, conforme já dito anteriormente, as ideias reformadoras ganharam força durante o reinado de Henrique, mas só foi ser consolidado posteriormente no Reinado de Eduardo VI e Elizabeth I. Eduardo que diferente de seu pai possuía interesse por questões religiosas, apesar do breve tempo de reinado ficou conhecido pelas “Reformas Eduardianas” onde foi introduzido mudanças mais radicais:

Em 1547, Cranmer divulgou seu *Book of Homilies* (Livro de Homilias), uma coleção de sermões prontos para serem usados nos serviços religiosos. Ele também criou um novo *Book of Common Prayer*, o livro de rituais e orações publicado em 1549 e tornado compulsório a partir do Ato de Uniformidade, aprovado no mesmo ano. O livro de orações foi atualizado com uma versão ainda mais divergente do catolicismo em 1552, quando a noção católica de transubstanciação foi rejeitada (trata-se da noção de que os elementos da Eucaristia, o pão e o vinho, tornam-se o corpo e o sangue de Jesus Cristo) (Cartwright, 2020, p.5)

As reformas eduardianas introduziram a rejeição de alguns rituais católicos em seu significado simbólico, para Kirby (2017) a principal diferença entre as eclesiologias da Igreja da Inglaterra e da igreja de Roma era o método hermenêutico. O autor argumenta que é estabelecido uma diferença entre o sinal e a coisa em si que é significada (p.60), ou seja, a diferença entre o real e o simbólico. Para a Eclésia anglicana, o significado simbólico da eucaristia era mais importante, nesse sentido, se enxerga o pão e o vinho como símbolos que representam, mas não se tornam fisicamente, o corpo e o sangue de Cristo.

Além do entendimento simbólico presente na eucaristia, existe também a diferença hermenêutica entre a compreensão de Igreja única entre a Igreja Católica e a Igreja Anglicana. Mesmo que a Igreja da Inglaterra compartilhe muitas doutrinas com as Igrejas Católica Romana e Ortodoxa, ela se diferencia em como interpreta a unidade, a santidade, a catolicidade e a Apostolicidade. Ou seja, embora faça parte da Igreja de Cristo, a Igreja da Inglaterra não se vê como idêntica à "igreja universal".<sup>3</sup>

“Outra característica fundamental que define a ordem da Igreja da Inglaterra é o princípio da autonomia provincial, que deriva em grande parte da Supremacia Real. Embora hierarquia tríplice dos ministros tenha sido mantida na Reforma, eles foram, no entanto, desvinculados de sua subordinação ao papado” (Kirby, 2017, p.66). Ou seja, a Igreja da Inglaterra continuou com a estrutura de bispos, sacerdotes e diáconos, mas não estava mais

---

<sup>3</sup> A afirmação de que a Igreja Católica se entende como “una” é respaldada através da declaração *Dominus Iesus* que reforça que se deve crer firmemente como verdade de fé católica a unicidade da Igreja por Jesus fundada

subordinada ao papa. Em vez disso, a autoridade suprema sobre a Igreja, especialmente em questões políticas e externas, passou a ser o monarca.

Portanto, o desenvolvimento histórico inglês fez com que o anglicanismo enquanto religião tivesse crenças e cultos diversos como uma religião intermediária que se aproximou tanto do catolicismo quanto da visão calvinista. Sobre isso, Kirby afirma “foi somente no século XIX que o anglicanismo passou a ser identificado explicitamente com uma posição teológica distinta, uma identidade confessional nem completamente católica nem protestante” (2017, p.57). Nesse sentido, pode-se afirmar que a Igreja anglicana em sua liturgia, possui uma doutrina intermediária entre o catolicismo e o protestantismo e essa faceta da sua Eclésia pode ser atribuída ao processo histórico enfrentado pela Inglaterra ao longo da formação da igreja<sup>4</sup>

## **1.1 ELIZABETH I: BIOGRAFIA E REINADO**

O reinado de Elizabeth foi o mais longo da Dinastia Tudor, tendo a duração de quarenta e quatro anos superando o tempo de reinado do seu pai que foi ao todo trinta e oito anos. Conhecido como a era elisabetana, esse período foi considerado por muitos como a era de ouro “sendo glorificada através de uma lenda cuidadosamente cultivada, Elizabeth governou uma Inglaterra que crescia em confiança, testemunhou as peças de William Shakespeare (1564-1616) e assistiu ao início da exploração do Novo Mundo”. (Cartwright, 2020, p.1).

Filha de Henrique VIII e Ana Bolena (1536), Elizabeth Tudor nasceu na data de 7 de setembro de 1533. Frustrado com a falta de um herdeiro masculino e em meio a rumores de traição e conflitos, Ana Bolena é condenada à morte tendo sua cabeça decepada em 1536 acusada de adultério, incesto e alta traição. Elizabeth tinha apenas dois anos de idade quando sua mãe fora executada amando do seu próprio pai. A ausência de evidências históricas como manuscritos, ou documentos não nos permite compreender como ela se sentiu em relação a esse ocorrido, contudo é fato que a sua posição na família real era constantemente alterada mas só foi ser consolidada de fato quando seu pai casa-se com a sua última esposa, Catarina

---

<sup>4</sup> O processo histórico da formação da Igreja anglicana na Inglaterra passou por diversos momentos, a reforma Eduardiana, o retorno a antiga religião sob o reinado de Maria I, as modificações implantadas durante o reinado de Elizabeth I, e os acontecimentos provenientes da guerra civil inglesa, contribuíram para que a característica do anglicanismo se tornasse uma espécie de “meio termo” entre o catolicismo e o protestantismo.

Parr (1512 – 1548) que desempenhou um papel significativo com suas convicções religiosas reformistas influenciando Elizabeth, e promovendo a concórdia do Rei com suas duas filhas.

Diferente da sua meia irmã Maria I que foi criada sob a religião católica, Elizabeth Tudor foi criada sob o contexto da reforma inglesa, nesse sentido, ela teve uma formação intelectual renascentista e recebeu influências da Reforma Protestante assim como seu meio irmão Eduardo VI.

Roger Ascham como professor no qual aplicou-lhe textos renascentistas muito reconhecidos na época e também obras de Plutarco, que a ajudaram a governar, e inclusive citava a obra *Vidas Paralelas* em seus inúmeros discursos e cartas. Tornou-se muito fluente em italiano, grego e latim (Waschburger, 2017, p. 5).

Essa formação e a fluência em vários idiomas contribuiu para a sua habilidade retórica ao longo do seu reinado. Lisa Hilton (2016) afirma que “a formação intelectual de Elizabeth, em particular a influência da “nova ciência”, granjeou-lhe uma imagem principesca em nada limitada pela feminilidade” (2016, p.12).

Por ser fluente em muitas línguas, Elizabeth também gostava de traduzir obras e literaturas. Em uma carta direcionada ao seu pai na época em que ele estava casado com Catarina Parr (1512 – 1548).

Estou ligada à Vossa Majestade por vários deveres e leis, e é por isso que eu quis, de bom grado (como era meu dever), oferecer o melhor tributo que minha capacidade e esforço poderiam conceber. No entanto, receio que este trabalho possa ser diminuído pela rapidez dos estudos e pela imaturidade da mente, o que poderia obscurecer o elogio que um assunto tão divino merece. Pois nada deveria ser mais digno de um rei, que os filósofos consideram como uma divindade na terra, do que este esforço.<sup>5</sup>

Essa carta se refere ao trabalho de tradução que a então princesa Elizabeth fez da obra coleção de *Prayers and Meditations (orações e meditações)* de autoria da Rainha Consorte, Catarina Parr, e do capítulo 1 da obra de João Calvino (1509 – 1564), um dos principais reformadores e teólogos protestantes no século XVI. Ao ler parte do documento, nota-se que Elizabeth aparenta ter certeza quanto a supremacia real de seu pai sobre a Igreja ser teologicamente legítima. Lisa Hilton (2016) afirma que o compromisso de Elizabeth Tudor

---

5 No original: “and I am bound unto you as lord by the Law of royal authority, as lord and father by the law of nature, and as greatest lord and matchless and most benevolent father by the divine law, and by all laws and duties I am bound unto your majesty in various and manifold ways, so I gladly asked (which it was my duty to do) by what means I might offer to your greatness the most excellent tribute that my capacity and diligence could discover. In the which I only fear lest slight and unfinished studies and childish ripeness of mind diminish the praise of this undertaking and the commendation which accomplished talents draw from a most divine subject. For nothing ought to be more acceptable to a king, whom philosophers regard as a god on earth, than this labor of the soul.” Da Princesa Elizabeth para a Rainha Katherine, introduzindo sua tradução em inglês do Capítulo 1 da obra de João Calvino *Instituição da Religião Cristã* (Genebra, 1541), 30 de dezembro de 1545. In Marcus, L. S., Mueller, J., & Rose, M. B. **Elizabeth I: Collected Works**. Chicago: The University of Chicago, 2000, p.10.

com a reforma se torna mais evidente no reinado de Eduardo VI, sedimentada pela sua madrasta Catarina Parr.

Antes de Elizabeth assumir o trono da Inglaterra, ela passa por alguns momentos de tensão em sua vida. Seu irmão, Eduardo VI, torna-se Rei logo após a morte de Henrique VIII em 28 de janeiro de 1547, no entanto, seu reinado foi breve devido a sua morte precoce. No mesmo ano da morte de Eduardo, Elizabeth Tudor embora herdeira de uma boa fortuna era muito jovem para viver sem supervisão, assim ela fica sob supervisão da sua madrasta e viúva de Henrique, Catarina Parr que logo casa-se com Thomás Seymour (1508 – 1549) irmão de Jane Seymour, a terceira esposa de Henrique VIII, e tio de Eduardo VI. Daniela Bazi (2020) diz que “boatos sobre a sua vida amorosa sexual sempre estiveram em pauta durante toda a sua vida real”, possivelmente o boato de um romance com Seymour foi o primeiro de muitos que surgiram ao longo da sua vida.

O livro de David Starkey (2000), *Elizabeth: The Struggle for the Throne*, Starkey nos fornece uma explicação sobre o incidente do possível romance de Elizabeth com Seymour como uma relação na qual a princesa não controlava, desenvolvendo a idéia de que Elizabeth é a vítima enquanto Seymour, é posto como um aproveitador que deu o primeiro passo e foi atrás da princesa para o ajudar nas suas ambições. “O flerte e as investidas de Seymour colocavam Isabel numa situação perigosa, na qual não tinha qualquer poder” (2000, p. 67).

Maria Tudor (1516 – 1558), filha do primeiro casamento de Henrique VIII com Catarina de Aragão, assume o trono inglês. Por ter tido uma criação católica, Maria I buscou restabelecer a antiga fé revogando as reformas eduardianas e estabelecendo novamente uma aliança com a Espanha casando-se com Felipe que posteriormente se tornaria Felipe II, da Espanha. Seu reinado ficou conhecido pelas fortes medidas tomadas que lhe deram o nome de “Blood Mary” ou “Maria, a sanguinária”. Em seu regime Elizabeth Tudor foi presa, bispos casados foram obrigados a se separarem de suas esposas e cerca de 288 protestantes foram queimados fora os outros mortos no exílio e “de todos os mártires do reinado de Maria, o mais ilustre foi sem dúvida alguma o arcebispo Cranmer. Por ser arcebispo de Canterbury, seu caso foi enviado a Roma, onde foi condenado a morrer queimado.” (Gonzalez, 1994, p. 131) mostrando assim que as políticas de Maria Tudor revelam a divisão religiosa desse período.

Apesar dos esforços de Maria I e de seus apoiadores, para enfraquecer o movimento protestante na Inglaterra, as suas ideias já haviam criado raízes profundas em parte da sociedade inglesa que nesse momento estava dividida sob uma forte polarização religiosa

entre católicos e protestantes, ainda assim, é importante destacar que uma parcela significativa da sociedade era convicta da sua fé católica.

Ao assumir a monarquia após a morte de Maria I em 1558, “Elizabeth tinha plena consciência do fato de que a Inglaterra estava dividida religiosamente e da possibilidade de ser envolvida em uma guerra religiosa a qualquer momento durante os primeiros meses do seu reinado, além disso, o grande perigo que Elizabeth temia era uma aliança entre Espanha e o papa contra ela” (Shires, 1947, p. 222. Tradução nossa)<sup>6</sup>, nesse sentido, Elizabeth I optou por políticas eclesiásticas “neutras” no início do seu reinado, buscando um caminho intermediário a fim de evitar possíveis conflitos religiosos que colocassem a monarquia britânica em desvantagem.

Essa abordagem política de Elizabeth I foi muito inteligente, visto que os “partidarismos” dos monarcas antecessores – Eduardo VI e Maria I – não havia colocado a Inglaterra em uma situação favorável. Martin Wight (1913 – 1972) observa que “Nenhuma potência age em total distanciamento. Todas fazem parte de um ou outro alinhamento que constantemente muda e esses alinhamentos são formados por pressão externa” (1978, p.125). Ou seja, nenhuma monarquia, por mais autônoma que queira ser consegue agir sozinha, ela precisa de alianças.

Wight também observa acerca do que ele chama de “inimigo natural”. Para ele, o progresso da sociedade no sentido político, gera uma espécie de princípio da política pautado na proximidade da localização de duas grandes nações que a fazem inimigas naturais, acrescentando que “se seu vizinho é seu “inimigo natural”, a potência situada do outro lado de seu vizinho é seu aliado natural”. (1978, p.126). Esse princípio político defendido por Martin é observado na política escocesa que baseava-se na aliança com a França contra a Inglaterra o que assegurava que a Inglaterra poderia sempre ser ameaçada por uma guerra em duas frentes (p.126). É possível compreender essa máxima através de uma das cenas de Shakespeare: “Se quiseres ganhar da França, então começa pela Escócia, pois uma vez que a águia inglesa estiver rapinando, a fuinha escocesa aproxima-se de seu ninho desprotegido, e assim rouba seus ovos principescos”.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup>No original: “Elizabeth was fully aware of the fact that England was religiously divided and of the possibility that England might be engulfed in a religious war at any time during the initial months of her reign. The great danger which Elizabeth had to fear was an alliance between Spain and the Pope against her” (p. 222). SHIRES, H. M. **The Conflict Between Queen Elizabeth and Roman Catholicism**. Church History, v. 16, n. 4, p. 221-233, 1947. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3160951>. Acesso em: 16/10/2024

<sup>7</sup> King Henry V, Ato I, cena II. In WINGHT, Martin. **A política do poder**. TRA: Carlos Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1978.

A política religiosa de Elizabeth I mudou com o conflito que passou a existir entre Elizabeth e sua prima Mary Stuart<sup>8</sup>, que após o seu retorno para a Escócia, se declarou como Rainha por direito do trono inglês, trazendo assim, esperanças para os católicos ingleses, em ter novamente um soberano católico no trono. Tanto na Inglaterra quanto na Escócia, “conspirações de ambos os lados da fronteira começaram, e a situação de Elizabeth era ainda mais frágil. A rainha que insistia em não se casar, tinha sob seu cetro um reino falido, sem exército permanente e agora, cercado pelas ambições das católicas Espanha, França e Escócia” (Olles, 2022. p.540). Nesse contexto, a autoridade da Rainha precisou ser reafirmada através dos trinta e nove artigos reeditados pelo parlamento inglês em 1563, conforme Olles afirma:

Agora, diferentemente do Ato de 1534, a normativa legal trazia especificado o gênero da Chefe da Igreja – “rainha”. Da mesma forma, confirmava a validade do poder religioso de Elizabeth e seu lugar de “majestade” na hierarquia social. O artigo, ao concluir com “o Bispo de Roma não tem e não faz nenhuma jurisdição neste reino da Inglaterra” lança o golpe final, ao menos pela via jurídica e legislativa, no processo da Reforma. Não somente ao reiterar a independência da Igreja Anglicana e de Elizabeth, mas – principal e fundamentalmente – ao declarar que a Inglaterra estava, por fim, fora da jurisdição papal (2022, p.540).

As consequências da reafirmação de que a Inglaterra estava fora da jurisdição papal surgiram. No ano de 1569, Elizabeth I é oficialmente excomungada da Igreja católica. O Papa Pio V promulga a bula de excomunhão “*Regnans in Excelsis*” (1559), por meio dela, o pontífice retira da Rainha a sua legitimidade enquanto chefe suprema da igreja inglesa, assim como, a sua autoridade como Rainha. Após isso, Elizabeth muda sua relação com os católicos ingleses, passando a perseguir possíveis ameaças, intensificando o auxílio financeiro e militar aos Países Baixos, região essa que possuía uma grande concentração dos reformados protestantes, além disso, a Inglaterra passou a receber em número maior de intelectuais, artistas e pensadores. As transformações ocorridas na Inglaterra após o rompimento com o papa, consolidaram as ideias protestantes estabelecidas após esse rompimento intensificando o clima de polarização refletindo assim o imaginário do pensamento da sociedade britânica do

---

<sup>8</sup> “Maria Stuart era a única filha de James V (1512-1513-1542) e tornou-se rainha da Escócia aos 5 dias de nascimento, graças a morte prematura do pai, o rei. A Escócia passou a ser governada via regência por sua mãe, a francesa Mary of Guise (1515-1560) e totalmente controlada pela França, o que acirrou as relações e confrontos com a vizinha Inglaterra. Maria Stuart foi enviada com 5 anos para a França, para receber educação e casar-se com o Delfim, o futuro Francisco II (1544-1559-1560). Tratou-se de um complexo e ardiloso plano arquitetado pelos sogros de Mary, os reis franceses Henrique II (1519-1547- 1559) e Catarina de Medici (1519-1589), pois com este casamento, o eventual filho de Maria e Francisco poderia concentrar sobre sua cabeça as coroas da Escócia, da França e da Inglaterra, caso Elizabeth morresse sem filhos, já que Maria Stuart era a sucessora direta ao trono inglês por ser neta de Margarida Tudor (1489-1541), irmã mais velha do rei Henrique VIII, sendo assim prima de Elizabeth.” (OLLES, L. TRA: *Regnans in Excelsis* – bula de excomunhão de Elizabeth I – 1569. Imagem: Revista de História da Arte, v. 1, n. 1, 2022. p.539)

século XVI. Ainda no início do seu reinado, Elizabeth I, lidou com a desaprovação de parte dos teólogos em relação a um regime monárquico feminino, pois, antes de subir ao trono em 1558, já existiam precedentes para monarcas femininos como Maria I (1516 - 1558), sua meia irmã que governou ao lado de Felipe II da Espanha. Maria de Guise (1515-1560) na Escócia, e Catarina de Médici (1519 - 1589) na França.

Apesar desses precedentes o século XVI ainda enxergava uma rainha governando sozinha como algo negativo. Em 1558, John Knox (1514-1572), publicou a obra *“Primeiro Soar de Trombeta Contra o Monstruoso Regimento de Mulheres”* (*“The First Blast of the Trumpet Against the Monstruous Regiment of Women”*)

Promover uma mulher para exercer governo, superioridade, domínio ou império sobre qualquer reino, nação ou cidade é repugnante à natureza; uma afronta [ um insulto ] a Deus, algo extremamente contrário à sua vontade revelada e ordenança aprovada; e, finalmente, é a subversão da boa ordem, de toda equidade e justiça (KNOX, 1559, p.11. Tradução nossa)<sup>9</sup>

Knox defendia a idéia de que as monarquias governadas sobre a figura feminina eram anti-bíblicas e contra a ordem natural de Deus, e que as mulheres eram inaptas e com pouca capacidade para esse papel. Sua visão refletia não apenas o seu entendimento, mas o pensamento de parte da sociedade daquela época, como Sir Thomas Elyot (1496-1546), que declarou: “nas partes de sabedoria e diplomacia civil, constatou-se que as mulheres são inaptas e têm pouca capacidade”. (apud Dunn, 2004, p. 142). Contrariando o pensamento de Knox e Thomas Elyot, Elizabeth se mostrou uma Rainha que soube trabalhar com o parlamento. Diante do cenário polarizado em que a Grã-Bretanha se encontrava a Rainha se preocupou em saber utilizar a religião como ferramenta de poder, isso porque, associar o regime elisabetano somente a devoção do chamado “culto a rainha virgem” é cair em um reducionismo histórico, pois, grande parte das suas decisões eram guiadas muito mais pela política do que pelo seu credo, Elizabeth acima de tudo foi uma mulher que soube utilizar a política em seu favor e para isso a religião foi a base para a sua centralização política.

Conforme é de conhecimento geral, Elizabeth Tudor nunca se casou, razão pela qual tem como epíteto “Rainha Virgem”. Não demorou muito para que fosse pressionada a casar-se. Sobre isso, em um discurso ela respondeu da seguinte maneira:

Escolhi este tipo de vida na qual ainda vivo como uma vida mais aceitável para Ele, onde pensei que poderia servi-Lo melhor e com a maior tranquilidade cumprir o

---

<sup>9</sup> No original: *“To promote a woman to bear rule, superiority, dominion or empire above any realm, nation or city, is repugnant to nature, contumely to God, a thing most contrarious to his revealed will and approved ordinance, and finally it is the subversion of good order, of all equity and justice”*

meu dever para com Ele... Por último, isto pode ser suficiente, tanto para a minha memória como para a honra do meu nome. Se quando eu der o meu último suspiro, isto puder ser inscrito no meu túmulo: ‘Aqui jaz enterrada Isabel, uma virgem pura até à sua morte’.<sup>10</sup>

Ao responder ao parlamento diante da pressão em casar-se, Elizabeth I evidencia em seu discurso a preocupação em manter a imagem de rainha casta e piedosa, essa característica pode ser observada no estudo iconográfico sobre a sua figura. Maria de Fátima de Sousa Bastos Vieira (2012), observa em sua pesquisa iconográfica sobre Elizabeth I que no renascimento existia a compreensão de que o corpo poderia funcionar ao mesmo tempo no plano metafórico (político) e no físico (natural). Dentro do plano metafórico existe o corpo político e o corpo religioso exercido ambos pela monarca. O corpo religioso representava a sua dominação como Chefe Suprema da Igreja Inglesa, e o corpo político sendo exercido pela autoridade como Rainha soberana. Essa análise nos explica a imagem icônica em torno da Rainha, tendo em seu corpo político todos os elementos necessários para governar, pois ela precisava agir e tomar suas decisões políticas como um príncipe, de maneira objetiva, construindo um perfil de santidade e devoção religiosa como figura celibatária.

Enquanto para a igreja católica os três corpos da rainha - político, religioso e natural – foram invalidados com a bula de excomunhão “*Regnans in Excelsis*” (1559), para Olles (2022, p. 544) “Apesar dos esforços vaticanos, a promulgação de *Regnans in Excelsis* fortaleceu a figura de Elizabeth I enquanto soberana que reunia sobre seu corpo natural feminino, os corpos político e religioso”. Desse modo, a bula consolidou a imagem de uma Inglaterra protestante e independente, política e religiosamente.

## **1.2 ELIZABETH I NA POLÍTICA: RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E ALIANÇAS POLÍTICAS**

Quando aos 25 anos, Elizabeth I ascendeu ao trono em 1558, “encontrou os cofres reais vazios devido ao desperdício dos Tudor predecessores” (Rocha Neto, 2023, p.29). O cenário político que se encontrava o início do governo elisabetano nos revela uma complexa articulação entre a política, a religião e a diplomacia internacional. A habilidade da soberana em articular bem esses três campos, ao mesmo tempo em que adotava medidas políticas

---

<sup>10</sup> No original: “*And in the end this shall be for me sufficient: that a marble stone shall declare that a queen, having reigned such a time, lived and died a virgin*”. Discurso da rainha Elizabeth perante o parlamento, 10 DE FEVEREIRO DE 1559 in Marcus, L. S., Mueller, J., & Rose, M. B. **Elizabeth I: Collected Works**. Chicago: The University of Chicago. 2000, p.56

neutras para preservar a segurança do reino foi importante para a consolidação da sua imagem e autoridade como representante da corte inglesa.

Nesse contexto, as profundas transformações sociais que ocorreram em toda Europa tanto na estrutura política como na estrutura religiosa marcaram o século XVI no campo da espiritualidade, como um século repleto de disputas religiosas e batalhas ideológicas. Esse campo se refletiu profundamente no contexto político da monarquia inglesa, especialmente sob o regime dos Tudors, desencadeando diversos conflitos anglo-hispânico. Herdando um trono instável sob as constantes guerras político-religiosa de seus antecessores, o império britânico passava por um momento bastante delicado nas suas relações políticas e econômicas.

Na parte continental, a França olhava com ar ameaçador, enquanto a Espanha, supostamente uma aliada, mantinha espiões e aguardava o momento oportuno. No próprio país, a população suportava uma longa série de más colheitas, epidemias devastadoras e a escala incessante dos preços. Segundo um membro da corte, a situação deixava mesmo a desejar: “A rainha pobre, o reino exaurido, a nobreza pobre e decaída. Falta de bons capitães e soldados. O povo fora de ordem. A justiça não executada. Todas as coisas caras. Divisões internas. Guerras com a França e Escócia. Inimizades estáveis (Allan, 1996 apud Silveira, 2009.)

Sob as divergências religiosas e os conflitos de poder e legitimação do trono inglês, a paz religiosa no reino, e a segurança contra um possível ataque da Escócia, eram os mais graves problemas no início do reinado de Elizabeth. A Espanha, apesar de aliada da Inglaterra, também mantinha uma relação de conflito indireto. Para Silveira (2009), esse cenário não lhe dava outras opções, “a situação exigia do chefe de Estado uma política calculada e uma posição mais ou menos neutra” (p.40).

Jiménez (2020), afirma que a cerca da situação religiosa durante o período elisabetano levou à consolidação da Igreja Anglicana. A controvérsia política e religiosa que Elizabeth enfrentou ao ascender ao trono, as divisões entre católicos e protestantes e o legado do reinado de sua irmã moldaram sua política religiosa, Elizabeth, diferente de Eduardo VI e Maria I, optou por evitar o fanatismo religioso, evitando execuções por ideologia. Foi durante o seu reinado que a Reforma Inglesa de fato se consolidou. Para Jiménez, “Isabel soube utilizar a religião para conseguir a estabilidade da Inglaterra, introduzindo uma nova mudança religiosa semelhante à imposta por Henrique VIII”<sup>11</sup>. No entanto, a posição de neutralidade de Elizabeth lhe gerou conflitos internos com seus próprios aliados protestantes.

---

<sup>11</sup> “Isabel supo utilizar La religión para conseguir La estabilidad de Inglaterra, introduciendo um nuevo cambio religioso que se asemejaba al impuesto por Enrique VIII” (2020, p. 30)

A Reforma Protestante se evidenciou na Inglaterra assumindo um caráter diferente. Dentre as principais questões discutidas, a relação da nova religião e do Rei/Rainha com Roma, a organização litúrgica e o destino das terras e das riquezas confiscadas dos mosteiros da Igreja Católica eram os assuntos mais discutidos no parlamento. Pouco se discutia o caráter teológico da reforma, a principal preocupação de Elizabeth quanto à religião oficial do Reino, era formular a obediência exterior aos cultos anglicanos e não discutir a questão teológica do culto. Conforme Heliodoro (1978) afirma, a Rainha proibia o culto católico em público, e a entrada de sacerdotes católicos. No entanto, não havia uma preocupação quanto à “investigação maior sobre questões de foro íntimo, desde que a fórmula exterior da obediência ao culto anglicano fosse respeitada” (p. 54). Sendo assim, desde que houvesse a obediência externa ao culto anglicano, pouco importava a fé de seus súditos em sua vida privada. Essa política eclesiástica adotada pela monarca foi considerada insuficiente para os Puritanos que formaram uma oposição a soberana.

O Puritanismo foi um movimento de protestantes na Inglaterra influenciados pela teologia calvinista. Considerados como protestantes radicais, o grupo não se limitou as reformas da Igreja Anglicana, que considerava a nova religião da Inglaterra como uma mistura sincrética dos elementos da Igreja Católica, Calvinista e Luterana. Não satisfeitos, eles reivindicavam reformas mais profundas na Igreja. Maurois (1965) apresenta-os como uma corrente extremamente radical do protestantismo, em que queriam apagar os últimos vestígios da liturgia romana e suprimir todas as hierarquias, desejando organizar a Inglaterra baseando-se apenas na Bíblia. Para Heliodoro (1978), os puritanos poderiam ser “incluídos exatamente no mesmo quadro punitivo que os católicos radicais e eventualmente, se tornaram muito mais violentos e perturbadores do que estes últimos” (p.54). Já Silveira (2009, p. 42) enfatiza que, “democráticos em teoria e organização, intolerantes na prática para qualquer pessoa que discordasse de seus pontos de vista, os Puritanos desafiaram a autoridade política e religiosa da Rainha da Inglaterra”.

Nesse horizonte, não se pode pôr em dúvida que Elizabeth teve sua autoridade real desafiada e questionada por diversos grupos, especialmente quando se observa a partir da perspectiva religiosa. É indiscutível o papel da religião como elemento de maior peso para tal rejeição no que concerne a legitimidade do trono inglês. A dinastia Tudor da qual origina-se a Rainha, ostentava o trono desde 1485 e ao longo da sua hegemonia muitos acontecimentos foram importantes para a história da Europa moderna. No entanto, a legitimidade de Elizabeth como herdeira foi objeto de disputa durante todo o seu reinado. Aqueles que viram seu pai,

Henrique VIII, abandonar a religião de Roma temiam que Elizabeth assumisse o trono, que muitos acreditavam pertencer à sua prima escocesa, Mary Stuart.

Sob esse contexto, ainda no início do reinado de Elizabeth, Espanha e França afirmavam o Tratado de Cateau-Cambrésis (1559), pondo fim nas disputas entre as duas monarquias ajudou a contribuir para colocar a Espanha como uma das principais potências européias. Sobre isso, Jiménez (2020), observa que “A nova ordem que veio depois da paz posicionou Filipe como defensor do cristianismo (católico), buscando a paz entre os cristãos e a guerra contra as heresias protestantes que estavam devastando o mundo” (p. 11). Susan Doran, observa a cruzada católica que Filipe II lideraria contra Elizabeth, o que poderia ser confirmado por meio de alguns pontos assinados entre a França e a Espanha para lutar, em conjunto, contra a heresia e erradicar as religiões protestantes.<sup>12</sup> É nesse contexto que se desenrola as primeiras hostilidades entre a Espanha de Filipe II e a Inglaterra de Elizabeth I.

Diferente de Elizabeth, Filipe II nunca teve sua autoridade real questionada por seus súditos ou por seus inimigos externos. A hegemonia Habsburgo predominava a Europa Ocidental sob o poder de Filipe II, quando a soberana governava a Inglaterra. As hostilidades entre as duas figuras não surgiu logo de cara, mas foi acontecendo gradativamente, de forma velada, até impactar na Invencível Armada. Filipe II, casou-se com Maria I, irmã de Elizabeth. Ao assumir o trono a Rainha chegou a receber uma proposta de Filipe para se casar, no entanto logo trata de negar essa proposta – fato esse que ocorrerá ao longo de toda a sua trajetória – A recusa da soberana em fazer alianças matrimoniais com os espanhóis e a morte da Rainha escocesa Mary Stuart intensificaram as tensões entre os dois reinos e suas relações diplomáticas.

Diante desse cenário, Silveira (2020), compreende que “a guerra da Inglaterra contra a Espanha era indubitável” (p. 90). Esse conflito se insere no contexto político das disputas marítimas, e das descobertas do Novo Mundo. Assim, a polarização que se amparava na disputa religiosa entre as dinastias Tudor e Habsburgo, buscava para além do domínio religioso sob o conflito entre protestantes vs católicos, o domínio das riquezas políticas e econômicas de toda a Europa e América. Diante disso, o poder espanhol poderia ser maior que o poder britânico dado o poderoso poderio hegemônico do Império Habsburgo.

O absolutismo espanhol nasceu da União de Castela e Aragão, efetivada pelo casamento de Isabel I e Fernando II em 1469. Ao analisar a sua formação, Perry Anderson (2004) destaca que a monarquia espanhola devia a sua supremacia a uma combinação de dois

---

<sup>12</sup>Doran, Susan. Op. Cit., p. 13-14 apud Jiménez, Eire. p. 11

complexos de recursos: o primeiro se dava pelo pacto da aliança de casamentos entre as famílias, acumulando assim, uma vasta quantidade de territórios superando outros reinos europeus. Para Anderson esse seria “um artefato supremo dos mecanismos feudais de expansão política” (2004, p. 59). O segundo fator contribuinte teria sido os acúmulos de riquezas de metais preciosos por consequência da conquista das Américas.

Diante da corrida marítima e da dominação imperial sob os territórios recém-descobertos da América, muitos metais preciosos colhidos dali enriqueceram os cofres do reino espanhol. Essas riquezas eram obtidas dentro do sistema econômico feudal promovendo uma enorme quantidade de acúmulo de capital, mas sem o desenvolvimento interno, assim, a maior parte da riqueza era utilizada para dominação de mais territórios que se expandiam cada vez mais. Acerca das riquezas obtidas da extração dos metais preciosos do novo mundo, Anderson destaca que:

O absolutismo espanhol buscou forças tanto no legado interno do engrandecimento feudal como no saque ultramarino de capital extrativo. Nunca houve, evidentemente, qualquer dúvida quanto a que interesses sociais e econômicos o aparelho político da monarquia espanhola atendia, prioritária e permanentemente. Nenhum outro grande Estado absolutista na Europa ocidental viria a ter um caráter tão aristocrático, ou infenso ao desenvolvimento burguês (2004, p. 59)

Em outras palavras, o absolutismo espanhol foi fortemente poderoso, pois se fortalecia através de dois pilares, o fortalecimento dos nobres feudais dentro do território espanhol, e a exploração das riquezas extraídas do Novo Mundo, deixando evidente que serviam aos interesses somente da aristocracia deixando de lado as comunidades comerciais mais ativas e atraindo cada vez mais inimigos e guerras aristocráticas.

Foi sob a liderança de Carlos V a partir de 1516 que o reinado espanhol teve o seu ápice imperial. Nas Américas, enquanto o México e o Peru eram conquistados, em território europeu, o império Habsburgo se expandia cada vez mais marcando região dos Países Baixos, e do sul da Itália. Apesar disso, essa consolidação imperial revelou sua fragilidade com os custos de guerras internas e externas e a forte descentralização e fragmentação territorial desse vasto poder.

Paul Kennedy (1989) acrescenta afirmando que:

Foram esses custos crescentes da guerra que revelaram a debilidade real do sistema Habsburgo. A inflação geral, que viu os preços dos alimentos aumentarem cinco vezes, e os preços industriais três vezes, entre 1500 e 1630, constituiu um golpe bastante pesado para as finanças governamentais. (...) Carlos V viu que suas rendas não podiam, de modo algum, atender as despesas (...) só com a medida desesperada de confiscar o tesouro das Índias e tomar todo o numerário em Espanha, foi possível encontrar os recursos necessários para manter a guerra contra os príncipes protestantes. (...) Quando Carlos abdicou, deixou para Felipe II uma dívida espanhola de 20 milhões de ducados. (Kennedy, p. 53)

É esse império que Felipe II herda de seu pai. Sob esse contexto, já é certo que o período entre 1558 à 1585 condensou em um grande número de eventos que marcaram as relações entre Inglaterra e Espanha no século XVI, havendo entre as monarquias uma forte disputa de poder para cada império. São diversos os fatores pelo qual havia a disputa, dentre eles, fatores econômicos, políticos e religiosos, que nos oferecem múltiplas perspectivas do conflito. Sendo manifesto, portanto, que a Espanha de Felipe II era vastamente poderosa, a Inglaterra adotou medidas de guerra “não declarada” para conter a ameaça espanhola.

Ao longo do século XVI, “os panfletos ingleses e franceses difundiam as notícias e narravam histórias fabulosas sobre riquezas encontradas por aventureiros em navios ibéricos ou indianos, baús abarrotados com moedas de ouro, prata e pedras preciosas” (Rocha Neto, 2023, p. 8). É destacado por Perry Anderson que:

O novo domínio dos mares conquistado pela Inglaterra teve resultados decisivos em dois campos. A substituição da guerra terrestre pela guerra naval tendia a especializar e a segregar a prática da violência armada, deslocando-a prudentemente para os mares (...). Ao mesmo tempo, o interesse da classe dominante pelas atividades navais conduziria proeminentemente a uma orientação comercial. Com efeito, enquanto o exército sempre fora uma instituição com uma única finalidade, a marinha, por sua própria natureza, era um instrumento de dupla utilidade, relacionado não apenas à guerra, como também ao comércio. (p. 133)

Sob esse contexto, encontramos a eclosão da rivalidade comercial nas rotas atlânticas a partir das Índias Ocidentais, onde a Espanha detinha o monopólio do comércio e demonstrava grandes interesses econômicos. No reinado elisabetano, as invasões dos corsários aos navios espanhóis tiveram um papel ativo na fomentação do conflito anglo-hispânico.

Rocha Neto (2023), nos explica que o curso (*cursus*) foi uma atividade sancionada pelo governo, ao passo que a pirataria foi um empreendimento individual que produziu poucas fontes devido a sua ilegalidade, no entanto, ele define pirata e corsário como sinônimos para os predadores marítimos que utilizavam semelhantes táticas em suas operações, cuja diferença era que os primeiros agiam por conta própria, enquanto os corsários (*cursarius*) sob autoridade real mediante uma comissão (p. 9). No reinado de Elizabeth, corsários como Francis Drake (1596), eram recrutados para causar prejuízos nas frotas inimigas e nas nações que preservavam relações diplomáticas (p. 19).

Em sua análise sobre a história da pirataria e dos corsários sob o reinado de Elizabeth I, Frénée (2015) nos explica:

Foi na Inglaterra do início do século XVI que as disputas políticas utilizando saques marítimos começaram sob o governo dos Tudor. Mesmo tentando suprimir a pirataria entre os seus súditos, Elizabeth I contatava aliados estrangeiros para unirem-se às frotas corsárias, a essência para os seus futuros projetos. Os representantes do protestantismo patriótico e antiibérico da política elisabetana incluíam Sir Francis Drake, Sir Walter Raleigh e Sir John Hawkins (*apud* Rocha Neto, 2023)

Portanto, as invasões dos corsários tornaram-se uma prática comum no governo de Elizabeth, especialmente contra os navios espanhóis, uma vez que Elizabeth fazia vista grossa para tais práticas criminosas, conforme detalha Neto (2023) ao trazer fontes primárias sobre o tema, a cerca das invasões em Flandres:

Descobriram duas escrituras da qual uma detalhava a fortuna roubada. A fim de realizar o julgamento do caso, concedeu o pedido ao capitão em reaver um dos cofres, cujo conteúdo era de 26.882 rials. A quantia dos outros dois ultrapassava 31.000 (CALENDAR OF STATE PAPERS FOREIGN: ELIZABETH, 1568, p. 580-592). Provavelmente o porto de Southampton era o destino para escoar a carga roubada, pois no dia vinte e nove, uma queixa da embaixada da Espanha, denunciava que um navio marselhês, carregado em Flandres, com destino à Itália fora subtraído por piratas, franceses e ingleses, e transportado para Southampton. Embora um processo tenha sido instaurado, o prefeito ordenou a libertação dos piratas e do navio (CALENDAR OF STATE PAPERS FOREIGN: ELIZABETH, 1568, p. 580-592) (2023, p. 31)

Enquanto a prática era comumente feita pelos ingleses, seus inimigos católicos espanhóis utilizaram-se do tema da piratagem como uma comprovação da heresia do seu inimigo protestante. A tentativa inglesa de que seus súditos pudessem ser protegidos do Tribunal da Inquisição Espanhola quando tivessem em portos espanhóis era expressa por meio da utilização dos navios como respaldo, conforme Lorde Burghley, um dos principais conselheiros de Elizabeth I, argumenta:

[...] nossos súditos sejam livres da Inquisição, como desejamos, por qualquer coisa feita na terra, você deve fazer o possível para que não haja busca em nenhum de nossos navios, mas que nossos súditos, permanecendo a bordo, podem ser autorizados a usar seu comércio de mercadorias de maneira legal, pagando todos os impostos ao Rei [...], e não sejam molestados em seus referidos navios pela Inquisição, considerando que seus navios são como suas residências trazidas da Inglaterra [...] (CECIL PAPERS, 1588, p. 303-306 *apud* Rocha Neto, 2023, p. 32).

Silveira (2021), justifica que “o círculo governamental da Inglaterra compreendia bem a situação: enquanto a Espanha dominasse as riquezas do Novo Mundo, poderia lançar uma infinidade de Armadas” (p.90). Desse modo, fazia parte da estratégia dos ingleses limitar os recursos espanhóis vindos do Novo Mundo de forma gradual na esperança de fortalecer suas próprias finanças e aprimorar sua tecnologia naval. A culminação desse conflito foi a tentativa de invasão à Inglaterra, pois Felipe II sabia que, a menos que a Inglaterra fosse contida, a instabilidade continuaria.

Havia tempo que os espanhóis anteviam uma campanha contra a Inglaterra, sabiam que a intervenção inglesa ameaçava seus planos de reconquistar os Países Baixos, e que, a menos que a Inglaterra fosse dominada, a agitação continuaria indefinidamente. Desde 1585, os espanhóis coligiam informes de várias fontes: exilados ingleses mandavam para Madri longos relatórios, numerosos agentes forneciam a Filipe mapas e estatísticas, os arquivos espanhóis continham vários planos esboçados para a invasão da Inglaterra. (2009, p. 57)

Em maio de 1588, a Armada espanhola estava pronta para invadir a Inglaterra. Do lado espanhol Foram reunidos 130 navios, carregando 2.500 canhões e mais de 45.000 homens à bordo dos navios. Segundo Silveira (2009), “o comando foi confiado ao Duque de Medina-Sidônia, seu ataque seguia o estilo mediterrâneo de interceptar os navios inimigos e obter a vitória por abordagem, e sua frota estava muito bem equipada para transportar grande número de homens”. A Rainha Elizabeth começou a mobilização para a guerra, incluindo voluntários e a nobreza reunindo cerca de 50 mil infantes e 10 mil cavaleiros; 29 mil homens de Londres e dos sul do país formavam a defesa pessoal da rainha (Churchill, 1960 *apud* Silveira, 2009)

Silveira (2009), argumenta que “em termos numéricos de navios e canhões, os combatentes se equivaliam, mas os espanhóis não estavam preparados, adequadamente, para o tipo de batalha que viria a se travar” (p. 59). Enquanto as tropas da Espanha esperavam uma luta a curta distância, as tropas de Elizabeth surpreendiam com a artilharia inglesa atirando a longa distância, além disso, os artilheiros hispânicos eram continuamente atrapalhados pela grande quantidade de soldados que haviam sido embarcados. Foi em Gravelines, ao largo da costa de Flandres que ocorreu a luta final.

Durante a noite de 7 de agosto de 1588, oito brulotes – barcos sem tripulação, cheios de explosivos e canhões carregados, que atiravam quando o calor os atingia – foram lançados contra a formação espanhola. Em pânico, os capitães inimigos mandaram cortar as âncoras, fazendo com que seus navios encalhassem ou fossem arrastados para longe do resto da frota. No dia seguinte, numa batalha de nove horas, os artilheiros ingleses inutilizaram mais navios espanhóis e encheram de furos outros que tentaram escapar (p. 60)

O que sobrou dos barcos espanhóis foi destruído por uma forte tempestade que os jogou para a costa em torno da Escócia e a sul da Irlanda, fato esse que foi empregado como um milagre divino pelos súditos da Rainha Virgem. Silveira (2009) evidencia esse fato mostrando que “para a opinião pública inglesa, a derrota da Invencível Armada foi vista como um milagre. Um impulso de religiosa emoção tomou conta de todos, e foi cunhada uma das medalhas para comemorar a vitória” (p. 96). Na medalha estava escrito “*Flavit Jeová et Dissipati Sunt*” que significa, “Deus soprou e eles foram para longe”



Imagem 1: Medalha da Armada, com a inscrição *Flavit Jeová et Dissipati Sunt*, 1588

A vitória da Inglaterra contra a superior potência dos espanhóis foi um ponto de virada decisivo para o reinado de Elizabeth. Interpretada como um sinal divino, o fato serviu para consolidar sua ascensão ao trono diante de grupos que questionavam a sua legitimidade. Nesse sentido, embora as interferências tivessem motivos essencialmente políticos e econômicos ela também tem um fundo religioso, pois serviu como narrativa principal para seus conflitos de poder. Sob essa perspectiva, Jiménez (2020) aponta que é indiscutível que a religião foi um dos motivos com maior peso para que a eclosão da guerra ocorresse, uma vez que ambos os monarcas se apresentavam como defensores de duas religiões distantes.<sup>13</sup>

A Reforma Protestante que rondava a Europa Ocidental foi importante e teve seu impacto não somente no campo da religião com a ruptura à Igreja Católica, mas ela refletiu também na dinâmica geopolítica das colônias americanas sob os impérios Espanhóis e Ingleses. Nesse cenário, a América não foi um espaço importante exclusivamente à nível econômico devido as suas riquezas, mas também representava sua importância à nível religioso. O historiador e hispanista britânico John H. Elliott, defende a importância religiosa dessas novas terras. "Tanto católicos quanto protestantes viam esses novos territórios como um plano divino, uma dádiva de Deus"<sup>14</sup>, especialmente para a Espanha. Ao nos apresentar essa perspectiva, Jiménez, argumenta que junto com essa ideia de um plano providencial,

---

<sup>13</sup>JIMÉNEZ, 2020, p. 12

<sup>14</sup>ELLIOT apud, JIMÉNEZ, 2020, p.41

Elliott também dá o exemplo de messianismo no império de Filipe II com a figura de Hernán Cortés (1485-1547)<sup>15</sup>, conhecido por ter destruído o Império Asteca de Montezuma II, conquistando o território do México como um novo Moisés.

O impacto da Reforma na América ocorreu principalmente pois os católicos viam através das colônias uma clara oportunidade de recuperar as almas perdidas atraídas pela conquista e catequização dos povos nativos, enquanto para a Inglaterra, o seu projeto religioso consistia em consolidar a Reforma nos territórios conquistados, especialmente no Caribe, onde as expedições financiadas pela Coroa estavam sendo realizadas. (JIMÉNEZ, p. 41). Portanto, o peso da rivalidade não só comercial mas religioso impactou diversas.

O triunfo naval de Elizabeth logo foi incorporado à propaganda oficial, transformando-a através das propagandas em um símbolo de proteção divina e liderança nacional, podendo consolidar a sua autoridade real e a superioridade naval de suas tropas inglesas. A partir desse contexto é possível observar como a questão religiosa fez parte intrinsecamente das questões políticas do governo elisabetano servindo como elemento principal na sua imagem

Toda essa maquinaria religiosa que tanto Filipe quanto Isabel projetaram em suas políticas nacionais e internacionais veio acompanhada de uma imagem propagandística dos monarcas como centro de sua religião. Enquanto Filipe foi representado como o grande defensor da fé cristã em um conturbado contexto religioso, Isabel se mostrou como defensora da religião anglicana predominante no país (p. 35).

Nesse contexto, a iconografia de ambos os monarcas é fundamental na propaganda para conduzir o reino a uma ou outra inclinação espiritual (p. 35), ao observar as representações artísticas de Elizabeth I, sobretudo os seus retratos, é possível perceber a transição da corte e do Estado para um retrato mais alegórico passando a evidenciar diversos significados e temas. Assim, é possível identificar a estratégia da Rainha para a elevação da sua imagem a fim de através da manipulação de imagem beirando ao “mito”, legitimar cada vez mais o seu poder. Exemplos como esse podem ser encontrados na iconografia elisabetana através dos retratos.

---

<sup>15</sup>Op, cit. p. 41

## CAPÍTULO 2: FONTES E REPRESENTAÇÕES

A propaganda da imagem pública de Elizabeth I, foi uma das mais relevantes na história da monarquia britânica. A importância da reputação da Rainha se destacava através da sua representação construída através do mito da sua virgindade. A apresentação do conceito de mito aqui exposto não se qualifica como sendo verdadeiro ou falso, mas se apresenta como destaca Burke:

O termo "mito" poderia ser empregado de uma maneira mais ambiciosa, e também mais controvertida. Poderíamos definir mito como uma história com significado simbólico (como o triunfo do bem sobre mal), em que os personagens, quer sejam heróis ou vilões, ganham dimensões maiores que na vida. Cada história se situa no ponto de interseção entre o arquétipo e uma conjuntura, em outras palavras, entre imagens herdadas e acontecimentos específicos e individuais. (1994, p. 6)

A imagem da soberana possuía qualidades sagradas ao incorporar o arquétipo de virgem pura, incorruptível e mãe da nação inglesa. Nesse sentido, é necessário entender a realidade do mito e seus efeitos sob o mundo externo e seus meios de comunicação. “Representar significa tomar o lugar de alguém (...) os objetos também representavam o rei, suas moedas, seu brasão, seu emblema pessoal e os seus retratos, buscavam representar o rei em sua ausência” (Burke, 1994, p. 10).

O reinado de Elizabeth foi marcado por um período que podemos intitular como A Era de Ouro, com o epíteto de Rainha Virgem que perdura por mais de quatro séculos sendo analisado e estudado até os dias atuais pelas mais diversas áreas da historiografia e das produções acadêmicas. Perry Anderson, destaca que, enquanto a breve passagem de Maria Tudor, com sua subordinação dinástica à Espanha e a efêmera restauração católica, quase não deixou nenhum traço político, o longo reinado de Elizabeth na última metade do século iria restaurar e desenvolver, o status *quo* ante no plano interno, sem recorrer a inovações radicais. No aspecto institucional houve comparativamente pouco progresso as instituições do Estado, como o Parlamento, por exemplo, que não evoluíram muito. As rivalidades de facções no seio da alta nobreza assumiam agora a forma de intrigas de corredor em busca de honrarias e cargos na corte. (p. 127). Para Haigh, (1988) “suas habilidades eram limitadas e suas conquistas insignificantes: ‘A rainha Elizabeth’, escreveu ele, ‘não tentou resolver problemas, simplesmente os evitou, e então sobrevive tempo suficiente para que alguns desaparecessem’” (Christopher Haigh, 1988, *apud*, Susan Doran, 2013, p. 18)<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> No original: “Her abilities were slight and her achievements negligible: ‘Queen Elizabeth’, he wrote, ‘did not attempt to solve problems, she simply avoided them — and then survived long enough for some to go away.’”

Apesar disso, no aspecto ideológico, sua autoridade real foi fortemente acentuada com a legitimação do poder de Elizabeth concentrando-se na exaltação de sua imagem pessoal através do uso da propaganda. O cenário político e religioso ajudaram a estabelecer o que chama-se de “Culto a Rainha Virgem”. No capítulo anterior foi delineado a posição de Elizabeth sobre as questões interligadas de religião e política, nesse capítulo, buscarei me concentrar na construção da idealização de Elizabeth como a “A Rainha Virgem”, visto que, esses fatores internos (políticos e religiosos) ajudaram a definir sua persona pública. Porém, não buscarei me limitar somente à sua iconografia de cunho público com os retratos que foram produzidos, mas busco compreender – ou ao menos tentar - a partir de uma perspectiva mais pessoal da monarca, através de suas cartas de próprio punho e de seus discursos buscando entender suas fragilidades e sua própria posição frente à construção da sua imagem pública.

## 2.1 OBRAS E RETRATOS

Conforme já indicado, o seu reinado não teve grandes reformas institucionais ou alguma expansão territorial significativa em comparação à Espanha. Em 1593 durante um discurso ao parlamento, Elizabeth destacou:

Pode ser considerado simplicidade em mim que durante todo este tempo de meu reinado não tenha buscado avançar meus territórios e ampliar meus domínios, pois tanto a oportunidade me serviu para fazê-lo, quanto minha força era capaz de tê-lo feito. [...] Minha mente nunca foi invadir meus vizinhos, nem usurpar sobre ninguém, contente apenas em reinar sobre o que é meu e governar como um príncipe justo<sup>17</sup>

Elizabeth em seu discurso ao parlamento enfatiza que foi capaz de invadir outros territórios, mas apresenta-se como uma Rainha justa e bondosa ao expor que embora fosse perfeitamente capaz de expandir seu território escolheu não fazer isso, escolhendo assim sustentar sua persona de rainha boa e justa. Clark (2021) argumenta que a justificativa da monarca em relação à falta de expansão territorial, evidencia a sua falsa modéstia visto que, na prática a Inglaterra estava realizando diversas expedições para a América, África e Ásia.

---

Haigh apresenta uma abordagem revisionista e provocadora do Culto à Rainha Virgem, no entanto, é importante ressaltar que, a política de sobrevivência de Elizabeth foi a base para as suas conquistas

<sup>17</sup> No original: “*It may be thought simplicity in me that all this time of my reign have not sought to advance my territories and enlarge my dominions, for both opportunity hath served me to do it, and my strength was able to have done it. [...] Only, my mind was never to invade my neighbours, nor to usurp upon any, only contented to reign over my own and rule as a just prince..*”. in Marcus, Mueller, and Rose, Elizabeth I, 329.

Enquanto essas expedições ocorriam em todo o mundo com o comércio global que crescia a partir das expedições, a ameaça católica passou a ser um catalisador especial para Elizabeth, quando sua rival Mary Stuart com o apoio da Espanha, de Felipe II, representavam a sua principal ameaça ao trono britânico, especialmente dado ao fato de que Elizabeth optou por não se casar. “O corpo político sempre se transferia para o próximo monarca reinante; no entanto, não havia herdeiro do corpo, nem Elizabeth nomearia seu sucessor. Enquanto isso, Mary Stuart tinha um filho e podia traçar sua linhagem até os Tudor, substanciando sua reivindicação” (Clark, 2021, p. 135. Tradução nossa).<sup>18</sup>

Portanto, a ameaça católica passou a ser um problema, para além das questões político-religiosas, pelo fato de Elizabeth não possuir nenhum herdeiro, enquanto Mary Stuart possuía tanto o herdeiro quanto o apoio da Espanha para reivindicar o trono Inglês, assim, na medida em que, a probabilidade de Elizabeth se casar se tornava cada vez mais improvável surgiu a necessidade de justificar o resultado, em que assumir um compromisso propagandisticamente com a virgindade era necessário para restaurar a fé em sua política, desse modo, Elizabeth publicamente começou a se tornar a Rainha Virgem para que pudesse manter a coesão do reino, baseado não na máquina do Estado, mas na devoção à sua imagem.

Jonathan Clark, em sua tese *"The Progress of the Virgin: The Construction of Elizabeth I"* (2021), ao nos apresentar a construção do culto a rainha virgem, observa que, a imagem da monarca nem sempre foi construída a partir do mito da virgindade, mas que foi um processo gradual. A Rainha Virgem surge como uma persona por excelência, para isso, Clark cita como exemplo o artista MatCollishaw e a sua exposição *Behind the Mask of Youth* (Por trás da máscara da juventude)<sup>19</sup> para trazer à luz a persona de Elizabeth.

Collishaw criou uma reprodução animatrônica do rosto de Elizabeth com traços reais de como supostamente seria a sua aparência de forma mais fidedigna. Em uma entrevista, o artista argumenta que:

A proliferação de retratos parecia mais criar uma cortina de fumaça do que revelar seu verdadeiro caráter, que permanecia oculto por trás de sua aparência inescrutável. Anos de insegurança, devido ao clima político potencialmente volátil, levaram-na a criar uma máscara pública que se fundiu com seu eu privado, tornando-se ambos inseparáveis<sup>20</sup>

<sup>18</sup> No original: “The Body politic always transferred to the next incumbent monarch; however, there was no heir of the body, nor would Elizabeth name her successor. Meanwhile Mary Stuart had a son and could trace her lineage to the Tudors, substantiating her claim.” (CLARK, 2021 p. 135)

<sup>19</sup> A exposição do artista MatCollishaw está disponível gratuitamente no site do *Royal Museums Greenwich*. O processo de criação está disponível em seu site: COLLISHAW, Mat. *The Mask of Youth – Queen's House*, Greenwich. Exposição, Queen's House, Greenwich, 3 out. 2018 – 3 fev. 2019. Disponível em: <https://matcollishaw.com/exhibitions/queens-house/>. Acesso em: 7 out. 2025.

<sup>20</sup> COLLISHAW, Mat. *Behind the Mask of Youth*. Royal Museums Greenwich, 13 nov. 2018. Disponível em: <https://www.rmg.co.uk/stories/art-culture/curatorial/behind-mask-youth>. Acesso em: 9 out. 2025.

A obra estrategicamente foi posta em frente ao retrato da *Invencível Armada* (1588), que retrata a monarca com um rosto incrivelmente jovem e sereno para os seus 55 anos. Clark, diz que “A dinâmica da exposição de Collishaw indicou de forma gritante quão falsa era a imagem conotativa de Elizabeth, com um rosto juvenil de porcelana branca e peruca vermelha, em relação à realidade” (p. 1)



Imagem 2: *Por trás da máscara da juventude* - Queen'sHouse, Greenwich. 2018



Imagem 3: *Por trás da máscara da juventude* - Queen'sHouse, Greenwich. 2018

A disparidade entre a realidade e a representação do rosto de Elizabeth, nos mostra o quão complexo foi a construção da imagem da Rainha Virgem. Para compreender melhor como foi dada essa construção, é importante compreender que a Rainha Virgem não foi utilizado exclusivamente como um fenômeno de propaganda, pois naquela época as gravuras e imagens encomendadas eram muito restritas à maior parte da população, muitos dos seus súditos não tinha acesso à esse tipo de arte, então não era uma propaganda em massa como a que estamos acostumados. Mas se não foi construído a partir de uma propaganda em massa, como ocorreu sua expansão?

A cerca disso, a historiadora britânica Susan Doran (2013), sugere que o “culto a rainha” foi um fenômeno construído pela própria monarquia e não surgido de forma espontânea pelos seus súditos ingleses.<sup>21</sup> Portanto, “quer seja interpretada como Gloriana, deusas clássicas como Diana ou figuras bíblicas como a Virgem Maria, isso ajudou a permitir que seu reinado fosse imaginado como uma Era de Ouro profetizada que duraria *in perpetuum*.”<sup>22</sup> Assim, a construção do Culto à Rainha Virgem, pode ser considerada não como um fenômeno de propaganda em massa mas acima de tudo como um movimento político.

Ainda na gênese do seu governo, a jovem Rainha Elizabeth aos 25 anos se mantinha “apta” para se casar. As possíveis uniões matrimoniais permitiram à Inglaterra um período de certa estabilidade comercial e internacional, pois a competição entre os pretendentes ajudou a permitir o cultivo e a manutenção do ‘culto de Elizabeth’.<sup>23</sup>

Os cortesãos também elogiavam Elizabeth com grandiosidade crescente, organizando cortejos e festividades que celebravam sua pessoa e realizações. As celebrações nacionais para Elizabeth começaram a aumentar após sua excomunhão papal em 1570, incluindo as festividades do Dia da Ascensão (17 de novembro) e o aniversário de Elizabeth (7 de setembro)<sup>24</sup>

As pinturas mais antigas de Elizabeth, ainda no início do seu reinado, foram em sua maior parte encomendadas por cortesãos e membros da corte, e podem ter servido como negociações de casamento e questões políticas. Dessa forma, elas ainda não possuíam um sentido mais religioso na sua imagem de virgem, que até então estava enquadrado no grau de elegibilidade de casamento, foi somente a partir de 1570 que a imagem de Elizabeth se

---

<sup>21</sup> DORAN, 2013, p. 191

<sup>22</sup> No original: “Whether cast as Gloriana, classical goddesses such as Diana, or biblical figures such as the Virgin Mary, it helped enable her reign to be envisioned as a prophesied Golden Age that would last in perpetuum. Elizabeth would eventually come to fully embody her *Semper Eadum* motto.” (CLARK, 2021, p. 136)

<sup>23</sup> CLARK, 2021, p. 134

<sup>24</sup> CLARK, 2021, p. 134

apropriou de uma iconografia mais conotativa à imagem da Virgem Maria. Seguindo as idéias da historiadora Frances Yates (1975), Roy Strong (1977) interpreta esse culto à Rainha Virgem como um substituto coletivo ou uma compensação pelo mundo de rituais e imagens sagradas que os elisabetanos haviam perdido em virtude da Reforma e da iconoclastia que a acompanhava<sup>25</sup>. A cerca disso, Clark (2021), argumenta que “Símbolos existentes da Santíssima Virgem – como a rosa – poderiam assumir novos significados em relação a Elizabeth” (p. 137).<sup>26</sup>

Desse modo, Montrose (1999), enfatiza:

Certamente há evidência de que o regime elisabetano e seus agentes encorajaram tal processo. Por exemplo, aqueles súditos elisabetanos que comissionaram e pagaram por retratos da Rainha, seja para seu próprio uso ou como presentes para ela, eram motivados não apenas por devoção mas também por interesse próprio (Tradução livre. p. 131).

O autor cita a obra do famoso retrato de Elizabeth, *Procession portrait of Elizabeth I of England*, em que a monarca está cercada pelos membros da corte, em especial, Eduardo Somerset, 4.º Conde de Worcester, estando ele em destaque em frente à Rainha. Montrose, destaca que mesmo que o quadro aparente exaltar à Rainha Elizabeth, ele serve também para glorificar o próprio nobre, sustentando a ideia de que, mesmo sendo uma movimentação política de legitimação ao trono, sua imagem representada pelos diferentes aspectos artísticos nem sempre estivera sob o seu controle.

---

<sup>25</sup> STRONG, op cit. 1999

<sup>26</sup> No original: “Existing symbols of the Blessed Virgin – such as the rose – could take on new meanings in respect of Elizabeth. The Tudor rose symbolised its namesake dynasty, and through uniting the roses of Lancaster and York also symbolised peace, but from a religious perspective the rose had been a medieval symbol of the Virgin Mary” (CLARK, 2021, p. 137)



Imagem 4: *Procession portrait of Elizabeth I of England*, George Vertue, 1600.

Portanto, a imagem de Rainha Virgem não se originara através da própria Elizabeth, todavia a soberana adotou as representações alegóricas que outros faziam dela, reassumindo assim o controle sobre sua própria imagem fundindo no culto de Elizabeth comumente referido até os dias atuais. Para tanto, propõe-se que sejam analisados alguns de seus retratos a partir de três fases: (1) a sua juventude e o início do seu reinado, (2) os anos intermediários datados entre 1560/1570, e por fim (3) os anos finais do seu reinado. Ao analisar as imagens a partir dessas três fases, é possível identificar com mais compreensão a construção da idealização da sua imagem.

Panosfsky, argumenta que para analisar os retratos é necessário “coordenar um grande número de observações similares e interpretando-as no contexto de novas informações gerais quanto à sua época, nacionalidade, classe social tradições intelectuais e assim por diante” (1955, p. 49), esse é o significado secundário, ou seja, a minha interpretação do ato carregado de tradições culturais, trazendo assim, um tema mais profundo em que o artistas quis passar a mensagem da obra.

Os retratos de Elizabeth sofreram constantes revisões e uma diferenciação ao longo do seu reinado. A primeira fase, a monarca era representada de forma mais “simples”. Em um de seus primeiros retratos oficiais, o intitulado “*Princesa Elizabeth*” de WilianScrots, de 1547, a princesa é representada com seus quatorze anos, de pele pálida e olhar de inocência infantil, seu traje é simples e modesto, adornado com poucas jóias.



Imagem 5: *Princesa Elizabeth*, William Scrots, 1546-1547. Imagem 6: *Princesa Elizabeth*, c.1555.



Imagem 7: *The Clopton Portrait*, c.1558

A estética dos retratos de Elizabeth nos anos iniciais segue um padrão semelhante. Os cabelos presos, a vestimentas com cores escuras, a postura e a expressão rígidas entram em contraste com o movimento gracioso e delicado das mãos. Outro traço marcante é a palidez do seu rosto e a posição de sua imagem que, embora pudesse estar levemente voltada à direita

ou à esquerda, estava quase sempre de frente. Esse estilo pode ser observado nos retratos “*Princesa Elizabeth, 1555*” e “*The Clopton Potrait, 1558*”, ambos de artistas desconhecidos. O livro é um objeto presente nos retratos de sua juventude, a presença deles buscava sugerir o interesse pela leitura e pela cultura erudita. Nos retratos dessa fase a sua imagem ainda não estava atrelada a alcunha de “Rainha Virgem”.

Ouviña (1993) argumenta que a iconografia dos retratos da Rainha nos anos iniciais é marcada pela representação mais simples da monarca, em que alguns de seus retratos são semelhantes ao de Maria I. Por outro lado, de acordo com a autora, a segunda fase de sua iconografia é marcada cerca de vinte anos após a sua ascensão ao trono, especialmente a partir de 1570, em que, as duas décadas e meia que se seguiram as representações da soberana nos retratos foram elaborados e difundidos em proporções messiânicas. Quando a Inglaterra triunfou sobre a Armada Espanhola, muitos pintores se concentravam na descrição cuidadosa dos detalhes, dando-lhes mais atenção aos vestidos, jóias e os acessórios luxuosos. (1993, p. 70)

Roger Chartier, em *História da vida privada: da renascença ao século das Luzes* (2009), observa que:

Sobretudo a partir dos séculos XV e XVI, havia mais espaço de manobra numa comunidade que o enriquecimento e a diversidade das ocupações tornavam cada vez mais desigual. Os meios de agir consistiam em ganhar a aprovação ou a inveja ou pelo menos a tolerância da opinião graças ao parecer, quer dizer, à honra. Conservar ou defender a honra equivale a salvar as aparências (p.11)

Assim, o indivíduo não era definido por si, mas pelo que conseguia projetar à sociedade, a partir do que aparentava ser. Nesse contexto, uma das principais ferramentas utilizadas pelos reis absolutistas era a imagem que poderia passar para o público, quase sempre marcada por sinais de ostentação, riqueza e magnificência. Para isso, a fabricação da imagem real do monarca através da autorepresentação torna-se uma ferramenta importante na mão dos reis absolutistas constituindo um modo de governar estabelecendo a possibilidade de um intercâmbio simbólico entre o Estado com a figura central do soberano e o seu povo. Chartier (2009) acrescenta que “numa sociedade que se reorganiza, que recompõe e reforça suas hierarquias e posições, tudo deve poder ser exposto e, portanto, corretamente avaliado” (p. 187). A figura do Rei que estava sempre constantemente sendo observada representava o Estado e necessitava de dar ao povo a imagem aprovada por ele, mesmo que de forma manipulada. Nesse sentido, “o respeito à etiqueta, à vestimenta, à palavra, à apresentação do corpo obedece a essa mesma exigência de um reconhecimento coletivo. O perfume, o pó, a peruca produzem um corpo enfim conforme as expectativas do olhar social” (p. 189).

Com Elizabeth não foi diferente, a construção da sua imagem seguiu um processo cuidadoso e simbólico. Tendo em vista a importância da imagem projetada a partir do que lhe aparentava ser, com a ameaça de deslegitimação ao trono e o descontentamento político decorrente de diversos grupos sociais, o seu principal instrumento político passou a ser a imagem. Seu corpo mortal passa a ser representado nos retratos com mais traços e detalhes que nos levam à representação da Rainha Virgem.

Sob seu patrocínio e da corte, destacou-se o artista inglês Nicholas Hilliard, que, pintando diversos retratos em miniatura da rainha, consolidou um estilo nacional nos retratos oficiais da soberana. O reconhecido ourives, Hilliard, produziu a imagem “oficial” da rainha, aprovada por ela, que viria a constituir o padrão visual e simbólico da monarquia elisabetana.

O primeiro retrato em miniatura que Nicolas Hilliard fez de Elizabeth é datado no ano de 1572.



Imagem 8: *Rainha Elizabeth I*. Miniatura feita por Nicholas Hilliard, 1572.

Emolduradas por jóias, os retratos em miniaturas eram presos à correntes que pendiam ao redor do pescoço. Hilliard foi um artista importante, pois, contribuiu para com que os *lockets* tornarem-se popular na Inglaterra do XVI, atendendo o novo “mercado dos artigos de intimidade”.<sup>27</sup> Nesse retrato de 1572, é possível identificar uma clara distinção entre os elementos que compõe a imagem da Rainha nos retratos mais antigos e nos retratos

---

<sup>27</sup> “A partir de 1500 a necessidade de mandar pintar o próprio retrato se difunde entre mercadores, profissionais e nobres de toda a Europa. Cerca de 60% dos exemplares que sobreviveram não trazem nome. Prova evidente da intimidade que aqueles que os encomendaram procuravam através de tais objetos. Essa arte do retrato em miniatura teve especial sucesso na Alemanha e na Inglaterra. Depois dos retratos em “efígie” sobre fundo azul do século XVI, encontra-se em Nicolas Hilliard uma progressiva interiorização” (Chartier, 2009, p. 248)

intermediários de seu reinado. Elementos como o vestido decorado, as jóias e pérolas começam a surgir reforçando um novo paradigma que passa a ser representado em seus quadros. No entanto, antes de adotar oficialmente a construção da sua imagem pelos fatos já mencionados nesse capítulo, a Rainha já teve uma representação simbólica de Rainha Virgem presente em um retrato, o conhecido “*Elizabeth I, e as três deusas (1569)*” de Hans Eworth.



Imagem 9: *Elizabeth I, e as três deusas*, Hans Eworth, 1569

De acordo com o *Royal Collection Trust*, figuras importantes da corte inglesa eram retratadas em forma de deuses da mitologia grega. Na alegoria apresentada, busca-se uma reinterpretação do mito clássico da história “O Julgamento de Páris” com a presença de Elizabeth assumindo o papel principal. O retrato de 1569, encontra-se em sua moldura original a seguinte descrição em latim:

‘IVNO POTENS SCEPTIS ET MENTIS ACVMINE PALLAS / ET ROSEO VENERIS FVLGET IN ORE DECVS / ADFVIT ELIZABETH IVNO PERCVLSA REFGIT OBSVPVIT PALLAS ERVBVITQ VENVVS’. Tradução Livre: ‘Pallas era aguçada de espírito, Juno era rainha do poder, / O rosto rosado de Vênus brilhava em beleza, / Então chegou Elizabeth, e, sobrepujada, a rainha Juno fugiu: / Pallas silenciou: Vênus corou de vergonha’.<sup>28</sup>

<sup>28</sup> ROYAL COLLECTION TRUST. Elizabeth I and the Three Goddesses. Disponível em: <https://www.rct.uk/collection/search#/24/collection/403446/elizabeth-i-and-the-three-goddesses>. Acesso em: 23 out. 2025. Tradução nossa.

A descrição contém um elogio à Elizabeth, comparando-a a três deusas da mitologia clássica: Juno (Hera), esposa de Zeus, considerada como a rainha dos deuses. Ela representa o poder e a majestade real. Atena, deusa da sabedoria, e Vênus, deusa da beleza e do amor. A Rainha aparece possuindo três importantes objetos que estão em destaque e servem como lembretes visuais: o cetro, o orbe e a coroa. Na alegoria, o cetro representa poder, soberania e um bom governo, o orbe representa o poder espiritual e divino, portanto, apresenta-se sob ela, a unidade religiosa e dinástica. A principal ideia na alegoria, é reunir em Elizabeth, as qualidades das três deusas - poder, sabedoria e beleza - de maneira que a soberana é posicionada em superioridade moral e política diante das figuras clássicas que aparentam se envergonhar e fugir diante dela. Essa forma de comparação era comum na iconografia elisabetana.

Outra questão interessante, descrita no *Royal Collection Trust*, é a respeito da comparação entre a coroa de Elizabeth, e a coroa da deusa Juno.

A cena evidencia não só a superioridade moral e política da rainha, mas também sua singularidade no contexto da monarquia: Elizabeth é representada com a coroa fechada associada ao domínio imperial, em contraste com a coroa aberta de Juno, reforçando a diferenciação entre autoridade suprema e realeza ordinária<sup>29</sup>

A coroa representou também um símbolo de propaganda à legitimidade de Elizabeth ao trono. Em muitos de seus retratos diferentes coroas são retratadas, isso porque, muitos artistas não tinham acesso a Coroa verdadeira e utilizavam modelos e esboços. No entanto, a coroa que Elizabeth utiliza no retrato das três deusas se apresenta como consistente tanto no Retrato da Coroação, quanto em Elizabeth I e as três deusas, indicando a necessidade de afirmar a legitimidade do seu poder régio advindo da herança política dos Tudors.

Ao observar a imagem com mais detalhes, Clark (2021) argumenta que, é possível observar a derrota das deusas enfatizada na posição dos objetos pertencentes a elas. Juno foge de Elizabeth, deixando cair o seu cetro no chão. O pé direito de Atenas está levantado e a posição do seu vestido sob a perna sugere um movimento giratório indicando que está prestes a fugir. As rosas caídas no chão ao redor da deusa Vênus e a sua túnica descartada deixando o seu corpo exposto, sugere que a deusa está vulnerável (p.127). Um detalhe interessante observado pelo autor é que a sua posse do orbe, cetro e coroa neste momento decisivo é crucial. Para o autor “Elizabeth não pode reivindicar o cetro de Juno (casamento), nem as

<sup>29</sup> ROYAL COLLECTION TRUST. Elizabeth I and the Three Goddesses. Disponível em: <https://www.rct.uk/collection/search#/24/collection/403446/elizabeth-i-and-the-three-goddesses>. Acesso em: 23 out. 2025. Tradução nossa.

rosas de Vênus (fertilidade), a menos que descarte seu orbe e cetro. Para reivindicar sua ‘vitória’ pegando os símbolos de poder delas, seu bom governo e seu papel como representante de Deus devem ser postos de lado.” (p. 128).<sup>30</sup>

Desse modo, o retrato estabelece Elizabeth como a Rainha Virgem ao colocá-la como vencedora do casamento – com a recusa de se casar – da fertilidade – sem o herdeiro, e ainda sim, sozinha, conseguir administrar um bom governo régio. A ausência da figura masculina na imagem nos leva a pensar na autossuficiência da soberana, sendo assim, Elizabeth, é retratada como a esposa da Inglaterra e os símbolos reais que ela segura ajuda a reforçar essa imagem. Nesse sentido, mesmo que a Rainha não andasse com os símbolos reais o tempo todo, esses elementos são retratados como uma extensão simbólica do que seria o seu poder real e político que passou a se basear na idealização da sua virgindade.

Analisar as obras da fase intermediária da Rainha Elizabeth I, é importante, pois, nela é possível traçar o ponto em que o Culto à Rainha Virgem se consolida. Ouviaña expõe que nessa ultima fase na qual o rosto de Elizabeth passa a ser excessivamente manipulado com a política de rejuvenescimento do Estado, “em geral, os quadros que incluem algum elemento de fundo são retratos mais elaborados, que requerem um estudo iconográfico aprofundado” (p. 70). Certamente um dos retratos mais importantes a marcarem essa evolução são os Retratos da Fênix e do Pelicano (1575), de Nicholas Hilliard.

---

<sup>30</sup> No original: “Elizabeth cannot claim the sceptre of Juno (marriage), nor the roses of Venus (fertility) unless she were to discard her orb and sceptre. To claim her ‘victory’ by picking up their tokens of power, her good governance and role as God’s representative must be cast aside” (CLARK, 2021, p. 128)



Imagem 10: *O retrato da Fênix*, 1575.



Imagem 11: *O retrato do Pelicano*, 1575.

Alguns elementos como a rosa, as jóias e o broche da fênix se destacam nos retratos da Rainha. Ao estudar o símbolo dos objetos na Arte do século XVI, concluímos que cada objeto presente nos retratos foram escolhidos cuidadosamente para representar um significado iconográfico mais profundo a fim de passar a sua mensagem ao público. Apesar de conceitos como – propaganda, opinião pública e ideologia - terem sido inexistentes no decorrer do século XVI, eles explicam de forma ideal o culto a rainha virgem. No entanto, termos como *glória* e *magnificência*, destacados por Burke (1994) faziam parte do poder real e nos ajuda a compreender melhor essa representação, pois estão presentes nos retratos da Rainha virgem. Nessa perspectiva, *glória* era importante, pois, “glória distinguia-se de louvor porque o louvor é dado por indivíduos e a glória por todo mundo” (Locke, 1953, p. 150. *apud*. Burke, 1994, p. 5). Ficando evidente a importância da reputação e da glória enfatizado nas obras de arte, a magnificência se apresenta como um conceito importante para compreender a o poder da imagem do rei, pois a magnificência tinha uma função política, era considerada impressionante, no sentido literal de deixar nos espectadores uma "impressão", a cerca disso, Montesquieu, destaca que: "O fausto e o esplendor que cercam os reis são uma parte de seu poder" (Montesquieu, *apud* Burke, 1994, p. 5).

No contexto dos retratos elisabetanos, a glória da rainha e a magnificência se apresentam através dos símbolos existentes em cada obra, como as infinitas pérolas, a cor do

vestido, a peruca, a pele branca e os lábios avermelhados. Esses objetos identificados no conjunto da obra produzirão naturalmente uma reação em quem estivesse vendo. O segredo nos retratos é aumentar a beleza e emprestar a grandiosidade, diminuir o que é feio ou mesquinho, ou até suprimi-lo, quando é possível fazê-lo sem incorrer em servilismo” (1994, p.36).

A partir de sua iconografia, o tema da mensagem apresentada nos retratos apresenta a associação da virgindade de Elizabeth como uma substituição a imagem da Virgem Maria. Essa substituição é perceptível em seus retratos através da análise do significado secundário da imagem. Dentre os mais destacados objetos, encontra-se a rosa e as flores como símbolos de sacralidade. Em *Parthenia sacra* (1633), de Henry Hawkins, as flores se aparam à um lugar sagrado dentro da iconografia mariana:

O lírio de impecável e imaculada castidade, A rosa de acanhamento e tímida modéstia, A violeta de humildade, o goivo de paciência, A calêndula de caridade, o jacinto de esperança, O girassol de contemplação, a tulipa de beleza E graça (Hawkins, *apud*. Strong. 1979, p. 210.)

Enquanto na iconografia medieval a rosa e o jardim eram associados à pureza e espiritualidade da Virgem Maria, representando um espaço sagrado e protegido repleto de significados morais, a partir do século XV, esse espaço simbólico foi adquirindo novos significados em que o jardim torna-se cenário do amor cortês e contemplação poética. Apesar disso, o significado sagrado não perde totalmente o sentido. Borin (1994) observa que “no delibar do Renascimento perduravam ainda as representações medievais da mulher religiosa” (p.255), nessas representações é possível identificar a dicotomia “Bem/Mal”, “Salvadora/Mãe” ainda presentes, como por exemplo, na obra *A árvore da Vida e da Morte*, de Berthold Furtmeyr (1489)<sup>31</sup>. Em sua análise sobre a imagem da mulher entre os séculos XV-XVIII, o autor destaca a figura de Elizabeth I, como “uma rainha por inteiro natural do país que governa, elaborando ela própria a sua iconografia: uma pintura elitista reservada à rainha e ao seu círculo” (p. 283). O afirmar a despeito de Elizabeth que “ela é mulher pela aparência, mas homem pelo seu papel. Rainha e Virgem. Isabel surge como uma essência diferente comum dos mortais” (p. 284), o autor defende que a realeza feminina foi apoiada por um aparato visual e simbólico sofisticado e dicotômico, que incluiu desde atributos heróicos masculinos até referências à pureza e à superioridade espiritual.

---

<sup>31</sup>Furtmeyr, Berthold, **A árvore da Vida e da Morte**, ladeada por Eva e Maria -Ecclesia, iluminura do «Missal de Salzburgo», Munique, 1489. Disponível em: <https://daten.digitale-sammlungen.de/0004/bsb00045166/images/index.html?fip=193.174.98.30&id=00045166&seite=127>

Sob esse contexto, Michele Perrot (1994), nos apresenta uma conexão com Borin (1994) muito interessante acerca da construção iconográfica de Elizabeth. Para a autora, as manobras da soberana se manifestam tanto no progresso real quanto nos retratos reais amplamente disseminados, nessa lógica, é destacado que, a ostentação dos vestidos e dos acessórios utilizados pela soberana, contribuíram para a edificação de uma espécie de “armadura” que servia como proteção de sua própria imagem.

Vestido com um traje engomado, cheio de enfeites e carregados de pérolas, o seu corpo era tão inacessível como se estivesse debaixo de uma armadura. A Rainha Virgem parecia, quando necessário, uma figura varonil, capaz de dar coragem aos seus soldados. Assumia também uma figura de ícone, numa vantajosa substituição da imagem católica da Virgem Maria (Perrot, 1994, p. 234)

A dicotomia de Elizabeth nos retratos da fênix e do pelicano são evidentes a partir da análise desses autores, visto que a presença de objetos como as pérolas, o pelicano, e a fênix, possuem significados profundos ligados ao sagrado, evidenciados, respectivamente nos significados de poder, pureza, sacrifício, e renascimento. A pureza, estava na sua virgindade que também é compreendida nos retratos como sacrifício, em que sua recusa em se casar é visto como uma nobre sacrifício de Elizabeth para dedicar-se integralmente ao exercício do seu poder na Coroa Britânica. Contudo, a idealização da virgindade de Elizabeth não se limitou somente as representações visuais da monarca. Essa mesma exaltação da castidade como valor moral e instrumento político manifestou-se na literatura devocional da época, dentre elas a obra de Thomas Bentley, autor contemporâneo à Rainha. “*The Monument of Matrons*” (1582), surgiu durante o auge do Culto à Rainha Elizabeth, após a vitória da Inglaterra sob a Invencível Armada, momento em que a partir daí sua imagem passa a ser mais retocada. Dentre as muitas fontes do século XVI, a obra de Bentley se destaca pois dialoga diretamente com a construção do culto à Rainha Virgem, apresentando-se sob a perspectiva protestante.

## **2.2 LITERATURA: *THE MONUMENT OF MATRONS* (1582) DE THOMAS BENTLEY**

Pouco se sabe sobre a vida de Thomas Bentley além de sua obra. De acordo com John N. King, ele foi um estudante de direito na Gray's Inn (2005, p.216) e escreveu sua obra publicada por Henry Denham, na tentativa de conseguir apoio real, mas sem sucesso. Além disso, Bentley se tornou diretor na igreja St. Andrews Holborn com o apoio do bispo John Aylmer (1521-1594).

“O monumento das matronas: contendo sete lâmpadas da virgindade”, de Thomas Bentley, publicado em 1582 foi uma coleção de meditações e orações que visava fornecer material para as necessidades devocionais principalmente do público feminino. Sendo a primeira antologia publicada na Inglaterra a reunir em seu compilado escrito de mulheres, a obra é dividida em sete partes que o autor as chama de “Sete lâmpadas da virgindade” e contém 1.500 páginas.

A primeira lâmpada possui escritos sobre personagens bíblicas femininas do antigo testamento, como Agar, Sara, Mirian e Débora. A segunda lâmpada possui alguns escritos de Margarida de Navarra, Rainha Elizabeth I, Katharine Parr, e etc. A terceira lâmpada foi dedicada inteiramente a Rainha, possuindo orações e devoções para ela. Já a quarta lâmpada reúne dezessete orações fazendo uma referência ao dia 17 de novembro<sup>32</sup> A quinta e a sexta lâmpada possuem orações e meditações para as mulheres em sua vida pública e privada, e a sétima lâmpada reúne um compilado de mulheres bíblicas boas e más.

Erzsébet Stróbl, inicia seu capítulo em “*New Perspectives on Tudor Cultures*” (2012) enfatizando que a obra de Bentley possui “um lugar de destaque atribuído à mulher mais proeminente do país, a Rainha Elizabeth. A obra é dedicada a ela, seus brasões, lema e iconografia são usados para adornar o texto, e sua imagem aparece nas páginas de rosto dos primeiros cinco livros.” (2012, p.199)<sup>33</sup>, desse modo, fica claro que o vislumbre dado a Elizabeth I na compilação é tão evidente que não se pode deixar de perceber sua importância nesse contexto religioso.

Segundo Stróbl:

“as cartilhas foram imensamente populares durante a primeira metade do século XVI, houve dezenas de edições de cartilhas em latim, inglês-latino ou em inglês, tanto no continente quanto em Londres, até a década de 1560. A popularidade desse tipo de livro de orações parece ter diminuído na década de 1570, provavelmente por causa de sua associação com as antigas formas católicas de oração” (2012, p. 204)<sup>34</sup>.

<sup>32</sup> O dia 17 de novembro era importante para os ingleses do século XVI pois era comemorado o dia da ascensão de Elizabeth I ao trono inglês em 1558. O dia da ascensão era visto como o dia em que a Inglaterra pode se livrar do regime católico de Maria I, portanto, tornou-se um símbolo de liberdade e estabilidade entre os protestantes ingleses. A exemplo disso, em 17 de novembro de 1640, Cornelius Burges (1589-1665) fez um sermão de dia de jejum para parlamentares em St Margaret's, Westminster, Burges observa “neste mesmo dia, 17 de novembro de 82 anos atrás, começou uma nova ressurreição deste Reino dentre os mortos, nossa segunda feliz Reforma da Religião pela entrada auspiciosa de nossa falecida Débora Real (digna de eterna lembrança e honra).” Cornelius Burges, *The First Sermon, Preached to the Honourable House of Commons now assembled in Parliament at their Publicke Fast. Novemb. 17. 1640.* (London, 1641; Wing B5671), 66.

<sup>33</sup> No original: “In the compilation a distinguished place is ascribed to the most prominent woman of the country, Queen Elizabeth. The work is dedicated to her, her arms, motto and iconography are used to adorn the text, and her image appears on the title-pages of the first five books.”

<sup>34</sup> No original: “Primers, that is, books for private prayer containing the calendar, the life of Christ from the gospels, psalms, and prayers, were immensely popular during the first half of the sixteenth century, and continued the tradition of the manuscript book of hours. There were dozens of editions of primers in Latin, English-Latin, or in English both on the continent and in London until the 1560s. The popularity of this type of

A obra de Bentley se assemelhava as cartilhas católicas devido ao seu caráter “pedagógico” ao conter orações, salmos, e material devocional para mulheres, nesse sentido, a possível problemática estava no fato do monumento de Bentley poder se assemelhar as cartilhas. Sobre isso, o autor disse no prefácio da primeira parte:

Não quero que você me interprete mal, digo, e julgue que meu propósito é de alguma forma prejudicar a oração comum ou interromper a administração da palavra e dos sacramentos na igreja. Devemos glorificar a Deus juntos com um só coração, espírito e boca, e não estar ocupados de outra forma, nem lendo nem rezando a menos que queiramos ser considerados meramente supersticiosos e, sob pretexto de devoção individual (BENTLEY, 1582.)

Essa fala de Bentley denuncia que ele não quer que sua antologia seja confundida com as cartilhas, sobretudo quando o autor utiliza termos como “meros supersticiosos” e “não me interprete mal”. Ao citar os católicos como meros supersticiosos ele deixa claro sua inclinação ao protestantismo radical, além do mais sua relação com o teólogo anglicano John Aylmer também nos mostra isso. Pode-se dizer também, que a obra serviu como uma maneira de refutar o reformador escocês John Knox de suas acusações que rejeitavam a soberania feminina seguindo o pretexto bíblico, do mesmo modo que Aylmer.

O apoiador de Thomas Bentley, John Aylmer publica em 1559 o livro “*An harborowe for Faithfull and Trewe Subiectes*”. Nessa obra, teólogo e bispo anglicano aborda a importância da verdadeira fé e a necessidade de reforma na igreja. Ele defende também uma abordagem teológica centrada na bíblia criticando as abordagens teológicas do catolicismo que para ele, e para a maioria dos protestantes ingleses naquela época, assim como para Bentley, era repleta de crendices e elementos supersticiosos fugindo assim de uma fé cristocêntrica. Além disso, Aylmer refuta as acusações do também teólogo protestante, Knox, indicando a problemática em sua fala pois ela coloca em dúvida a legalidade da herança do reino britânico, de modo que questiona o regimento monárquico, podendo assim, possivelmente dar margem para rebeliões. De acordo com Erzsébet Stróbl, para sustentar o seu argumento, Aylmer utiliza como referência a própria bíblia e, possivelmente, a teologia calvinista lhe serviu como inspiração, pois em seu argumento ele diz que a autoridade

---

prayer book seems to have declined by the 1570s, presumably because of their association with the old, Catholic forms of prayer” As cartilhas eram textos impressos, pequenos livros que eram utilizados como um instrumento de ensino religioso. Nela continha orações, cânticos salmos e informações básicas sobre a doutrina cristã. Além disso, eram utilizadas como um meio de propaganda religiosa. Durante a pesquisa não foi encontrado exemplares de cartilhas que circulavam na Inglaterra durante o século XVI, a referência das cartilhas nesse período foi encontrada até o presente momento na obra: PINCOMBE, Mike. ALMÁSI, Zsolt. *New Perspectives on Tudor Cultures*. Cambridge Scholars Publishing. 2012.

feminina pode ser justificada com a eleição de Deus, que pode capacitar os mais fracos com sua glória. (2012, p.206)

Portanto, é correto afirmar que *The Monument of Matrons*, contém grande parte da teologia de John Aylmer, já que foi publicada através da aprovação do bispo anglicano. Sendo assim ele incorpora a defesa da capacidade intelectual das mulheres sob o pretexto da eleição de Deus, além de contribuir para que se estabeleça a memória santificada da monarca remodelando sua imagem para os contemporâneos em meio as práticas do culto a rainha e sua “eterna virgindade”. Como rainha renascentista, dado exemplo a sua formação intelectual, de acordo com Lisa Hilton, “Elisabeth foi adepta de uma linguagem iconográfica, nesse sentido, os cortesãos que quisessem bajular, persuadir, celebrar (e também insultar) a rainha dispunham de um enorme campo de analogias iconográficas – clássicas, bíblicas, cosmográficas – como fonte de inspiração” (2016, p.300). A partir de 1580 quando a rainha estava com seus cinquenta anos ela já havia passado da idade de se casar e ter um herdeiro, desse modo o seu status de solteira foi mitificado para símbolo de virtude, sendo assim, é sob esse contexto que surge ‘*The Monument of Matrons: Conteyning Seven Severall Lamps of Virginitie.*’ (1582).

O título é sugestivo, e a palavra virgindade sugere sentidos ambivalentes sobre o seu significado. Para Lisa Hilton, Elizabeth possuía um forte comprometimento com sua imagem celibatária. Para que se mantivesse o simbolismo da sua virgindade, diversas vezes quis “manter suas damas de honra solteiras a fim de conservar seu próprio misticismo de virgem impedindo, com crueldade, que as damas se casassem” (2016, p.203). Além disso, a postura adotada com base na virtude e nos princípios cristãos era esperado de uma rainha, de acordo com Safiye, uma sultana contemporânea de Elizabeth I, a rainha possuía qualidades femininas essenciais para sua virtude, conforme ela diz em uma carta direcionada a rainha Elizabeth:

A mais graciosa e gloriosa, a mais sábia entre as mulheres, e eleita entre as que triunfam sob o modelo de Jesus Cristo, a mais poderosa e rica governante, a mais rara entre as mulheres no mundo... Envio a Vossa Majestade tão digna e doce uma saudação de paz que todos os bandos de rouxinóis e suas melodias não poderão produzir igual. (2016, p. 370).

Para Hilton, “o comprometimento de Elizabeth com a virgindade estava de acordo com o endosso do celibato afirmado por São Paulo – ao apóstolo Paulo -, o qual, embora reconhecesse a necessidade do casamento, afirmava que a virgindade estava em um nível superior de espiritualidade (2016, p.202).” Embora ao longo desta pesquisa não tenha encontrado outras referências que fazem alusão as cartas paulinas, a visão de casamento que

Elizabeth tentou passar em seu discurso ao parlamento encontra nas cartas paulinas uma sustentação ao usar a metáfora de ser casada com o reino:

[...] quando a responsabilidade pública do governo do reino me foi atribuída, pareceu-me uma loucura imponderada sujeitar-me aos cuidados que podem advir do casamento. Em conclusão, já estou comprometida com um esposo, que é o reino da Inglaterra, e isso deve bastar-vos... (L.S. Marcus, J. Mueller e M.B. Rose apud LOADES, 2010, p. 226)

A virgindade, na visão de Paulo era vista como um estágio superior e mais avançado de santidade, além disso, a solteirice aproxima o indivíduo de Deus, isto é, quanto mais tempo sozinhos, mais tempo para o indivíduo se dedicar a Deus e suas obras, conforme ele explicita sua ideia na carta de I Coríntios 7:34: “A solteira cuida das coisas do Senhor para ser santa, tanto no corpo como no espírito; porém, a casada cuida das coisas do mundo, em como há de agradar ao marido”.<sup>35</sup> Ou seja, o celibato, para o apóstolo Paulo, estava em um nível acima de santificação pois o indivíduo solteiro foca nas coisas santas e por consequência trará ele para mais perto de Deus. Elizabeth, possivelmente encontra nessa argumentação uma base para se manter solteira e se dedicar inteiramente ao reino da Inglaterra.

A partir disso, compreende-se que o conceito de virgindade era ambíguo, e Thomas Bentley não havia escolhido o seu título despretensiosamente. Para ele, a virgindade foi reinterpretada como uma virtude cristã que pode ser alcançada independentemente do seu estado civil, a virgindade para Bentley estava ligada a um estado de espírito que pode ser alcançado por todos conforme ele diz: “Que possamos viver e reinar na plena perfeição, santidade e pureza de sua virgindade [de Jesus], para bênção, louvor e glória de Ti.”<sup>36</sup>

Além disso, as lâmpadas da virgindade fazem analogia a parábola das dez virgens e pode ser confirmada logo de início na capa de rosto do livro. Na posição central da borda inferior encontra-se a figura de uma virgem que segura uma tocha com sete velas e ao redor está escrito “Lâmpadas de amor são brasas de fogo e uma chama muito veemente do Senhor”, uma citação do livro de cânticos no antigo testamento. Na lateral esquerda da borda, está a figura de cinco virgens com suas lamparinas acessas ao encontro do noivo, que seria Jesus Cristo, enquanto na lateral direita da borda, mostra a figura de cinco virgens sem as suas lamparinas e queimando no fogo do inferno.

Contida no evangelho de Mateus a parábola das dez virgens usa dos elementos simbólicos para passar a sua mensagem:

---

<sup>35</sup> BÍBLIA, N.T. I Coríntios. In Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002

<sup>36</sup> No original: “With deepe sighs and groanes we greatlie long for: that [...] we may live and reigne in the full perfection, holinesse and purity of his [Jesus’] virginitie, to blesse, praise and glory thee.” (BENTLEY, Op. cit.,)

Então o Reino dos Céus será semelhante a dez virgens, que, tomando as suas lâmpadas, saíram ao encontro do esposo. Cinco delas eram insensatas, e cinco prudentes. As insensatas, ao tomarem as suas lâmpadas, não levaram azeite consigo, ao passo que as prudentes, juntamente com as lâmpadas, levaram azeite nas vasilhas. Como o esposo demorasse, cochilaram todas e adormeceram. Mas à meia-noite ouviu-se um grito: 'Eis o esposo! Saí ao seu encontro!' Então todas aquelas virgens se levantaram e prepararam as suas lâmpadas. As insensatas disseram às prudentes: 'Dai-nos do vosso azeite, porque as nossas lâmpadas estão se apagando'. As prudentes responderam: 'De modo algum, pois de outro modo não haverá bastante para nós e para vós; ide antes aos que o vendem e comprei-o'. Ora, enquanto foram comprá-lo, chegou o esposo, e as que estavam preparadas entraram com ele para as núpcias. E fechou-se a porta. Mais tarde chegaram as outras virgens, dizendo: 'Senhor, senhor, abre-nos'. Mas ele respondeu: 'Em verdade vos digo, não vos conheço'. Vigiai, pois, porque não sabeis o dia nem a hora.<sup>37</sup>

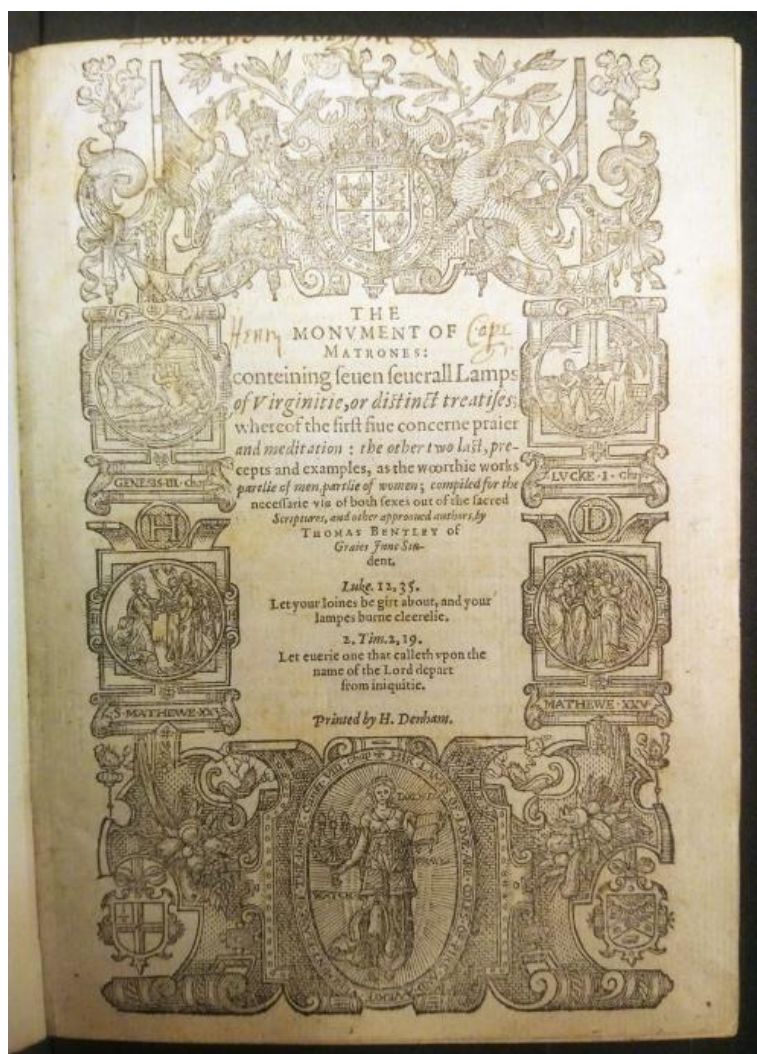


Imagem 12: *The Monument of Matrones*, Thomas Bentley's, 1582: British Library G.12047-49

<sup>37</sup> BÍBLIA. Tradução de Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002. Mateus 25:1-13.

A perícope de Mt. 25, 1-13, se contempla em seus múltiplos sentidos usando de representações simbólicas para transmitir a sua ideia principal. Tais símbolos, como as virgens tolas e sábias, o noivo, as lamparinas e o uso do tempo, são ferramentas para uma interpretação ética, espiritual e literal. Para Waldeir Gonzaga (2024) e Filipe Henrique de Araújo (2024) a interpretação da parábola é caracterizada por três tipos:

(1) as virgens representam os cristãos e as lâmpadas acesas são a graça batismal; (2) o segundo tipo surge com Agostinho (LUZ, 2005, p. 241- 242): as lâmpadas representam as boas obras; (3) por fim, a virgindade é compreendida como a abstinência sexual e o azeite seria a bondade, ou seja, não basta a ascese, é preciso as boas obras. (2023, p.280)<sup>38</sup>

Na folha de rosto da obra de Thomas Bentley, as sete lâmpadas seguradas pela virgem sábia que também segura um livro, nos conecta a virgindade de Elizabeth. Para Stróbl em sua análise, “Ao redor do desenho da borda há seis lâmpadas colocadas simetricamente, enquanto a sétima lâmpada aparece no topo da página, logo acima do brasão real da rainha, conectando visualmente a virgindade à virgem real, Elizabeth.” (2012, p.212).<sup>39</sup> Nesse sentido, The Monument of Matrones, adota um discurso de representação da rainha como a própria noiva de Cristo, de maneira emblemática, contribuindo assim para a adoração do culto a rainha Elizabeth I, que soube como utilizar dos elementos simbólicos, em especial a alcunha de “rainha virgem” para elevar seu status de rainha soberana.

Ao não se casar, Elizabeth construiu uma imagem que representasse o sacrifício da vida pessoal em favor da nação inglesa, mesmo que a prática não representasse de fato isso. A legitimidade do seu poder provinha de sua imagem e dinastia e da sua figura metafórica, e não do território, a soberana nunca se casou, portanto, não aceitou dividir o seu poder e a sua glória com outra pessoa. À medida que Elizabeth envelhecia e se atestava que não lhe seria capaz de gerar um herdeiro, a rainha passa a investir na imagem de “mãe” da Inglaterra, o culto mariano católico é substituído pelo culto a rainha e sua era “Glorianna”. As imagens pintadas em quadros não retratavam a verdadeira fragilidade de seu corpo e de sua saúde, sempre sendo retratada de maneira gloriosa. Sendo assim, o contexto no qual se consolidou o reinado da Rainha Elizabeth I, permitiu que ela construísse uma imagem baseada nos aspectos divinos, sendo importante para a execução e manipulação de sua imagem de rainha virgem,

<sup>38</sup> GONZAGA, W.; ARAÚJO, F. H. de. “O reino dos céus será semelhante a dez virgens”: análise de Mt 25,1- 13. Estudos Bíblicos, São Paulo, v. 39, n. 148, p. 271–283, 2024. DOI: 10.54260/ eb.v39i148.1006. Disponível em: <https://revista.abib.org.br/EB/article/view/1006>. Acesso em: 29 out. 2024.

<sup>39</sup> No original: “Around in the border design there are six lamps symmetrically placed, while the seventh lamp appears on the top of the page, right above the royal coat of arms of the queen, connecting virginity visually to the royal virgin, Elizabeth.”

ainda que inconscientes delas o povo precisava de uma figura “heroica” e ao mesmo tempo “divina” para alimentar suas demandas e suas necessidades políticas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo das representações iconográficas de Elizabeth I, concentrando-se na idealização da sua virgindade revelou-se um fenômeno complexo, inerentemente ligado as questões de poder, religião e soberania na Inglaterra elisabetana no século XVI. A ascensão da rainha ao trono ocorreu em um contexto marcado por disputas políticas e religiosas na Europa, em que a polarização interna de católicos e protestantes exigiu de Elizabeth uma postura estratégica e cautelosa. A criação da Igreja Anglicana, fundada por seu pai, Henrique VIII, rompeu os laços com Roma e angariou inimigos católicos para a Inglaterra. Nesse cenário, tanto no âmbito político quanto no âmbito religioso, o rompimento através do Ato de Supremacia estabelecia que a autoridade do Rei era suprema e não devia mais obediência ao Papa. Ao assumir o trono a soberana soube utilizar a religião como ferramenta política de poder alcançando a estabilidade da religião anglicana. O conflito de Elizabeth I com Filipe II, da Espanha se apresenta como um dos elementos principais que marcaram o seu reinado. A vitória da Inglaterra frente à batalha da invencível armada espanhola foi compreendida pela monarquia como uma importante conquista estabelecendo a popularidade da monarca. A tensão política que Elizabeth precisou enfrentar com as potências católicas sob a liderança de Felipe II, da Espanha e Mary Stuart, da Escócia colocavam em perigo a sua posição no trono da Coroa Britânica.

Sob esse contexto, foi compreendido que o fenômeno do Culto à Rainha Virgem, não ocorreu de forma espontânea mas pode ser considerado como um movimento político arquitetado para legitimar o seu poder diante das tensões externas. Ao não se casar Elizabeth transformou sua recusa propagandisticamente em um “nobre sacrifício” que ela estaria fazendo de sua vida pessoal a favor do seu reino. Ao analisar sua iconografia foi possível observar uma quantidade maior de retratos e obras que caracterizam Elizabeth como Virgem essencialmente a partir de 1570-1580. Partindo desse ponto, foram analisados três fases de sua iconografia, sua juventude, anos intermediários e anos finais. A partir dessa análise, foi possível concluir que o culto a rainha virgem ocorreu diante de um processo gradual de construção simbólica, onde os anos finais marcaram uma intensidade conotativos a imagem

de virgem a fim de legitimar o seu poder e a sua liderança política através das representações simbólicas.

Foi constatado também, que Elizabeth I não tinha controle total dos retratos e obras que surgiam. Trabalhar em cima dessa perspectiva se mostrou um desafio, pois, existiu uma linha tênue entre a construção dessas imagens, a partir do que possuía o controle da rainha e do que não possuía. No início do seu reinado, a monarca recebia retratos e poemas com diversos objetivos, seja para o prestígio entre a nobreza, ou para propostas de casamento. Tais objetivos não puderam ser compreendidos em sua totalidade e especificidade devido a quantidade e complexidade das obras, mas dentre as fontes consultadas foi possível observar esse mesmo padrão - conforme visto em *O Retrato da Procissão*, de George Ventue - de que esses retratos encomendados por nobres da corte possuíam objetivos específicos de interesse próprio.

A iconografia elisabetana também adotou elementos que ajudaram a substituir as imagens católicas. De Virgem Maria à Rainha Virgem, a ruptura da Inglaterra com Roma deixou uma lacuna em relação à devoção de seus fiéis para com a imagem da Santíssima Virgem Maria, para isso, a construção da imagem da monarca serviu-lhe como uma substituição, essa constatação pôde ser observada especialmente a partir de 1570 quando a iconografia elisabetana passa a adotar muitas características da iconografia mariana, como a rosa em seu símbolo de sacralidade e pureza, a dicotomia entre o bem e o mal e principalmente o aspecto de “mãe/salvadora”.

A análise da fonte literária *The Monument of Matrons* (1582), reforça o caráter teológico da iconografia elisabetana. A obra é repleta de simbologias que se conectam a virgindade da Rainha Elizabeth I, ao utilizar a parábola cristã das Dez Virgens como uma alegoria, Bentley contribui para a legitimidade da soberana como figura de poder máximo na Inglaterra protestante. Para Bentley, a virgindade é posta não como uma mera condição abstenção, mas como uma virtude cristã mais elevada podendo ser manifestada através da pureza moral e da obediência à Deus. Essa virtude se conecta a Elizabeth através da sua ausência em se casar, assim, o sentido de virgindade colocado pelo autor é o de dedicação total à Deus e ao reino da Inglaterra, desse modo, a monarca mantinha-se fora das influências negativas que poderia sofrer com um casamento dinástico.

Conforme os anos se passavam, a rainha ficava cada vez mais envelhecida. Sua imagem alcança o ápice do simbolismo a virgindade nos últimos anos da sua regência. Elizabeth escondia-se através de uma máscara construída por si mesma, através da adoração

institucionalizada da sua iconografia. Sua imagem passou a ser tão retocada, que existia uma disparidade entre sua aparência real, e a imagem da figura emblemática nos retratos e obras. O que se escondia por trás dessa máscara, era uma mulher com o corpo frágil que compreendeu a necessidade de se retirar dos olhos do público na fase mais adiantada de sua idade. Desse modo, a soberana conseguiu validar o seu poder a partir do plano metafórico conforme observado por Vieira (2004), na teoria dos dois corpos,

Portanto, as representações da Rainha Elizabeth evidenciam que a monarca conseguiu governar o Reino da Inglaterra construindo uma imagem de glória e magnificência sobre si mesmo através da sua iconografia. Sua recusa em se casar fortaleceu o mito da virgindade nas obras visuais e literárias, e centralizou o seu poder fundindo cada vez mais a sua imagem pessoal com a sua imagem política consolidando a Era de Ouro da Inglaterra. Com sua morte em 24 de março de 1603, encerrou o reinado da Dinastia Tudor, marcando o início do reinado de Jaime I. Elizabeth deixou um legado modelar de uma soberana que transformou sua “fraqueza” em instrumento de poder e devoção mostrando assim, que os símbolos e representações possuem importantes impactos culturais e políticos na sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES:

BENTLEY, Thomas. **The Monument of Matrons**: Containing seven of Virginitie. Londres: H. Denham, 1582.

MARCUS, L. S.; MUELLER, J.; ROSE, M. B. (eds). **Elizabeth I: Collected Works**. Chicago: The University of Chicago, 2000.

### BIBLIOGRAFIAS:

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 2004

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BAYCROFT, J. **O jeito de ser anglicano**. Trad. Ruth Barros. Recife, 2006.

BAZI, Daniela. **Nos bastidores do palácio: a vida privada de Elizabeth I, Rainha Virgem da Inglaterra**. Aventuras na História, 20 jan. 2023. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/nos-bastidores-do-palacio-a-vida-privada-de-elizabeth-i-rainha-virgem-da-inglaterra.phtml>. Acesso em: 20 nov. 2024

BETTENSON, H. **Documentos da Igreja Cristã**. São Paulo: Aste, 1967.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CARTWRIGHT, Mark. **Reforma Inglesa**. Trad. Ricardo Albuquerque. *World History Encyclopedia*, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-18916/reforma-inglesa/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

CASSIRER, Ernest. **Linguagem e mito**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CLARK, Jonathan. **The Progress of the Virgin: The Construction of Elizabeth I**. PhD thesis, University of Essex. 2021.

DORAN, Susan; FREEMAN, Thomas S. (ed.). **The Myth of Elizabeth**. London: Palgrave Macmillan, 2003.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das Mulheres: do Renascimento à Idade Moderna (Vol. 3)**. Porto: Edições Afrontamento, 1994

GODOY, Juliano Bernardino de. **Os monarcas e a Reforma Inglesa: política e religião em união, construindo uma nação**. Revista Científica Multidisciplinar, v. 3, n. 5, p. e351355, 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1355>. Acesso em: 22 nov. 2024.

GONZAGA, W.; ARAÚJO, F. H. de. **“O reino dos céus será semelhante a dez virgens”:** análise de Mt 25,1-13. Estudos Bíblicos, São Paulo, v. 39, n. 148, p. 271–283, 2024. DOI: 10.54260/eb.v39i148.1006. Disponível em: <https://revista.abib.org.br/EB/article/view/1006>. Acesso em: 13 jan. 2025.

GONZÁLES, J. L. **Uma história ilustrada do cristianismo**. Vol. 5. São Paulo: Vida Nova, 1989.

HILTON, Lisa. **Elizabeth I: uma biografia**. Trad. Paulo Geiger. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

HUME, David. **Ensaio políticos**. Org. Knud Haakonssen; Trad. Pedro Pimenta. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Clássicos).

HUME, David. **História da Inglaterra**: da invasão de Júlio César à Revolução de 1668. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1991.

KIRBY, Torrance. **The Elizabethan Church of England and the Origins of Anglicanism**. *Oxford Handbooks Online*, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199672806.013.5>. Acesso em: 13 nov. 2024.

MAIA, Gleyce Hellen Ribeiro. **A idealização da virgindade da Rainha Elizabeth I na obra “The Monument of Matrons” (Século. XVI)** p. 445. In: PEREIRA, Taís Nathanny; BERNARDES, João Victor Nunes; ROMUALDO, Wemerson dos Santos (Org.). **Sacralidades Medievais: relíquias, devoções e sensibilidades**. Goiânia: Tempestiva, 2025. ISBN: 978-65-85142-14-4.

MONTROSE, Louis A. **Idol of the Queen**: Policy, Gender, and the Picturing of Elizabeth I. *Representations*, n. 68, p. 108–161, 1 out. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2902957>. Acesso em: 11 out. 2025.

NETO, Nelson Rocha. **"Ninguém pratica a pirataria melhor que os ingleses": a pirataria e o corso durante o reinado de Elizabeth I (1558-1603)**. 2023. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023

OLLES, L. **Regnans in Excelsis – bula de excomunhão de Elizabeth I– 1569**. *Revista de História da Arte*, v. 1, n. 1, p. 539, 2022.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. Tradução de Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002

PAYÁN JIMÉNEZ, Eire. **Poder, cruzada y dinero: causas religiosas de la “empresa de Inglaterra” (1558-1585)**. 2020. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Universidade de Barcelona, Barcelona, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2445/174055>

PINCOMBE, Mike; ALMÁSI, Zsolt (ed.). **New Perspectives on Tudor Cultures**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2012.

SHIRES, H. M. **The conflict between Queen Elizabeth and Roman Catholicism**. *Church History*, v. 16, n. 4, p. 221–233, 1947. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3160951>. Acesso em: 16 out. 2024.

SILVEIRA, José Renato Ferraz da. **Afflavit Deus et dissipantur**: o conflito entre Espanha de Felipe II e a Inglaterra de Elizabeth I. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 89-97, 2020.

SILVEIRA, José Renato Ferraz da. **William Shakespeare e a teoria dos Dois Corpos do Rei**: a tragédia de Ricardo II. Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

STRONG, Roy. **The Cult of Elizabeth: Elizabethan Portraiture and Pageantry**. London: Pimlico, 1999.

VIEIRA, Maria de Fátima de Sousa Basto. **O corpo da Rainha**: contributos para uma leitura anti-essencialista e espacial da iconografia isabelina. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2004.

WINGHT, Martin. **A política do poder**. Trad. Carlos Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978.